



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ENFERMAGEM

**JACINTA MARTA TAVARES LEIRO**

COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE  
NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

SALVADOR  
2021

**JACINTA MARTA TAVARES LEIRO**

**COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE  
NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Mestra em Enfermagem e Saúde, na área de concentração “Enfermagem, Cuidado e Saúde”, linha de pesquisa “Cuidado na promoção à saúde, prevenção, controle e reabilitação de agravos em grupos humanos”.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Nadirleone Pereira Gomes

**Co-orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Lilian Conceição Guimarães de Almeida

SALVADOR  
2021

Leiro, Jacinta Marta Tavares

Coletivo de mulheres do calafate no enfrentamento à violência  
contra as mulheres -- Salvador, 2021.

88f.

Orientadora: Nadirleone Pereira Gomes

Coorientadora: Lillian Conceição Guimarães de Almeida

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
Enfermagem e Saúde) -- Universidade Federal da Bahia, Escola de  
Enfermagem, 2021.

1. Violência contra as mulheres. 2. Feminismo. 3. Movimento  
social. I. Gomes, Nadirleone Gomes. II. Almeida, Lillian Conceição  
Guimarães. III. Título.

**JACINTA MARTA TAVARES LEIRO**

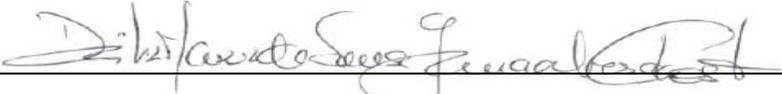
**COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA  
CONTRA AS MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestra em Enfermagem e Saúde, na área de concentração “Enfermagem, Cuidado e Saúde”, linha de pesquisa “Cuidado na promoção à saúde, prevenção, controle e reabilitação de agravos em grupos humanos”.

**Aprovada em 31 de março de 2021**

**BANCA EXAMINADORA**

Nadirlene Pereira Gomes   
Doutora em Enfermagem e Saúde. Docente da Universidade Federal da Bahia

Dalia Costa   
Doutora em Sociologia da Família CIEG/ ISCSP- ULisboa

Normélia Maria Freire Diniz   
Doutora em Enfermagem e Saúde pela Universidade Federal da Bahia

Maria Deolinda Antunes Luz Lopes Mauricio \_\_\_\_\_  
Doutora em Enfermagem. Docente da ESEL/Lisboa

Jordana Brock Carneiro \_\_\_\_\_  
Doutora em Enfermagem. Docente da Universidade Federal da Bahia

## DEDICATÓRIA

*Dedico esse trabalho a Eliedna de Carvalho (in memoriam), e através dela a todas as mulheres do Coletivo de Mulheres do Calafate: fundadoras, associadas, gestoras e amigas.*

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é reconhecer o quanto as pessoas são importantes e o quanto os momentos nos ensinam. Sendo assim eu corro o risco de ser indelicada diante da limitação de uma folha de papel e deixar de registrar os meus agradecimentos a tantas pessoas e momentos que contribuíram para eu chegar até aqui, mas a minha memória me convida a revisitar momentos e pessoas. Expresso aqui meus sinceros agradecimentos.

A memória me leva a visitar minha história, e a minha história é minha Musa inspiradora para meus momentos de contemplação e expressões criativas. Através da minha memória encontro pessoas, cheiros, paisagens, momentos, cores, achados....a esse conjunto de vivências, experiências e aprendizados sou muito grata ao Universo.

Sou convidada pela minha memória ao encontro da minha primeira alfabetizadora, que garantiu o meu egresso na escola e educação formal já escrevendo e lendo o meu nome. Em folhas pautadas ela criava a caligrafia e me ensinava a ler e escrever as vogais. Minha gratidão a Maria Magdalena Tavares Leiro, minha mãe. Nesse mesmo cenário familiar me encontro com um personagem, que todos os dias repetia um ritual de ler seu jornal de notícias e depois responder suas palavras cruzadas, sentado em uma cadeira na sala. Atitude que me expressava um poder...e eu gostava do que via. Através dessa atitude me ensinou a perceber a importância de estudar. Minha gratidão a Eduardo Leiro Iglesias, meu pai.

Ainda no cenário familiar minha memória me convida ao encontro de Margarida Martinha de Almeida, presença forte de mulher na minha educação e formação. Tia e madrinha me ensinou muito sobre a vida e a ter pensamentos críticos das situações. Levou-me a me apaixonar pela História. Dedicava um tempo de seu cotidiano agitado para me relatar casos da família e a cada caso relatado me pedia para eu pesquisar o contexto histórico e político da época: foram os meus primeiros passos para a 'metodologia da pesquisa'. Afeto saudades, gratidão!

Continuando no cenário familiar a memória me faz assistir momentos inesquecíveis na minha vida compartilhados com mais dois personagens, Azânia Leiro e Samuel Leiro, filha e filho. Parceiros dos 'meus achados filosóficos', parceiros do meu ativismo político, parceiros nas dores e alegrias. A existência dos dois me faz refletir sobre meu compromisso ético e me incentiva cotidianamente a estar no movimento feminista e ser feminista. Gratidão a essa dupla! A memória me conduz a vários momentos e a vários encontros...pessoas que já partiram, pessoas que se distanciaram do meu convívio e pessoas que foi preciso eu me distanciar, a todas elas meu reconhecimento e gratidão, pois nas relações pessoais sempre

existe um aprendizado. E são nesses encontros que a presença das mulheres é importante na minha vida, e em especial as mulheres do Coletivo de Mulheres do Calafate. Desde as fundadoras as atuais integrantes que constituem esse grupo na resistência e na luta, foram muitas....muitas que contribuíram para meu autoconhecimento e empoderamento. Gratidão, a essas mulheres.

No cenário chamado Coletivo de Mulheres do Calafate, a minha memória me leva ao encontro com mulheres feministas.....a essas mulheres que dão ‘movimento’ na minha vida e contribuem para que meus dias sejam mais leves nessa dura realidade do enfrentamento a todas as formas de opressão e exploração contra as mulheres. Foram e são importantes contribuições na minha vida pessoal e profissional. Minha gratidão a todas feministas, em especial da Articulação de Mulheres Brasileiras.

Mudando o cenário para a Universidade Federal da Bahia, em especial a Escola de Enfermagem, meu reconhecimento à dedicada atuação nas pesquisas e extensão realizada no Coletivo de Mulheres do Calafate. Parceria que resultou em TCCs, dissertações, teses e encontros com alunos/as da ACCS. Instigou-me a desejar e sonhar em escrever sobre o Coletivo de Mulheres do Calafate. Nesse contexto a minha memória me convida ao encontro com a Professora Doutora Nadirlene Gomes, personagem que me trouxe para o mestrado. Já no mestrado vem à recordação dos momentos pérola com a coorientadora Professora Doutora Lilian Guimarães, sua sabedoria conseguia ler o que pulsava no meu coração e no meu intelecto. Ao Laboratório Vid@, minha gratidão!

Do Laboratório Vid@ darei destaque a um quarteto, por terem sido as eleitas a exercitar a paciência comigo. Começando pela Professora Doutora Luana Campos que se dedicou na minha preparação para entrar no mestrado, a Enfermeira Mestre Jéssica Damasceno, minha ‘anja’, que me ensinou a ‘andar na Escola de Enfermagem’, a doutoranda Ionara das Virgens que dividiu reflexões sobre gênero e angústias na ‘correria’ diante dos prazos e a doutoranda Isabela Andrade, sem ela na tutoria com tanta paciência diante das minhas limitações, iniquitações, rebeldia, desânimo, choros, ‘aperto de mente’ ....não chegaria aqui. Posso seguir outros caminhos, mas levarei meu eterno reconhecimento a essas mulheres de luz.

Quero ainda registrar meu agradecimento às professoras doutoras que compõe essa banca e que se disponibilizaram a ler e apresentar seus comentários, sugestões e orientações sobre esse trabalho.

## **AGRADECIMENTO AO ÓRGÃO DE FOMENTO**

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos, que me proporcionou a aquisição de livros e a participação em eventos científicos de extrema relevância para meu crescimento acadêmico.

*Prefiro ser essa metamorfose ambulante  
Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante  
Do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo*

## RESUMO

LEIRO, Jacinta Marta Tavares. **O Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2021. 88f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem e Saúde) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2021.

O referido projeto teve como objetivo conhecer as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento a violência contra as mulheres. A realidade da violência contra as mulheres vivenciada por mulheres do Coletivo de Mulheres do Calafate é uma situação que nos convida a compreender a relevância de organizações feministas para o fortalecimento de mulheres em situação de violência doméstica com fins em uma vida livre desse fenômeno e motivada a expandir e propagar o protagonismo do CMC há mais de 25 anos de atuação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, escolhida por se tratar de uma pesquisa que necessitará resgatar elementos relacionados às vivências e interações de integrantes em uma organização social e sua luta no enfrentamento a violência contra as mulheres em suas várias expressões. Possibilitou conhecer as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Aponta para importância de iniciativas auto gerenciadas por mulheres populares e negras para a realização de conquistas pessoais e coletivas, superando os desafios do cotidiano violento e de vulnerabilidade social e oferece subsídios para o direcionamento às outras organizações sociais que atuam ou pretendam atuar para o enfrentamento da problemática da Violência Contra a Mulher.

**Palavras-chave:** Violência contra as mulheres. Feminismo. Movimento Social

## ABSTRACT

LEIRO, Jacinta Marta Tavares. **The Calafate Women's Collective does not address violence against women.** 2021. 88f. Dissertation (Master in Nursing and Health) - School of Nursing, Federal University of Bahia, Salvador. 2021.

The aforementioned project aimed to learn about the contributions of the Calafate Women's Collective in tackling violence against women. The reality of violence against women experienced by women from the Calafate Women's Collective is a situation that invites us to understand the relevance of feminist organizations for the strengthening of women in situations of domestic violence for the purpose of a life free from this phenomenon and motivated to expand and propagate the role of the CMC for more than 25 years of activity. This is a qualitative research, chosen because it is a research that will need to rescue elements related to the experiences and interactions of members in a social organization and their struggle to face violence against women in its various expressions. It made it possible to know the contributions of the Collective of Women of Calafate to confront violence against women. It points to the importance of self-managed initiatives by popular and black women for the achievement of personal and collective conquests, overcoming the challenges of violent daily life and social vulnerability and offers subsidies for targeting other social organizations that work or intend to act to face the problem. problematic of Violence Against Women.

**Key-Words:** Violence against women. Feminis. Social Movement

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|        |  |
|--------|--|
| CEDAW  | Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher |
| CF/88  | Constituição da República Federativa do Brasil de 1988                           |
| CMC    | Coletivo de Mulheres do Calafate   |
| CNDM   | Conselho Nacional dos Direitos da Mulher   |
| CNPM   | Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres                               |
| CPMI   | Comissão Parlamentar Mista de Inquérito  |
| CRAMLV | Centro de Referência de Atenção as Mulheres Loreta Valadares                     |
| CRLV   | Centro de Referência Loreta Valadares  |
| DEAM's | Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher                                |
| HIV    | Vírus da Imunodeficiência Humana   |
| ISTs   | Infecções Sexualmente Transmissíveis   |
| OEA    | Organização dos Estados Americanos   |
| OMS    | Organização Mundial de Saúde   |
| ONU    | Organização das Nações Unidas  |
| SPM    | Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres                                |
| SSP    | Secretaria de Segurança Pública  |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>13</b> |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>  | <b>19</b> |
| 2.1 HISTORICIDADE E COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....      | 19        |
| 2.2 MAGNITUDES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES .....                        | 26        |
| <b>3 METODOLOGIA.....</b>   | <b>35</b> |
| 3.1 TIPOS DE ESTUDO .....   | 35        |
| 3.2 CAMPO E COLABORADORAS DA PESQUISA .....                                 | 38        |
| 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS .....                                  | 39        |
| 3.4 ASPECTOS ÉTICOS .....   | 41        |
| <b>4 RESULTADOS .....</b>   | <b>42</b> |
| 4.1 ARTIGO 1 .....  | 43        |
| 4.2 ARTIGO 2 .....  | 56        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  | <b>71</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>72</b> |
| <b>APÊNDICE A – Cronograma De Execução .....</b>                            | <b>79</b> |
| <b>APÊNDICE B – Orçamento Próprio .....</b>                                 | <b>81</b> |
| <b>APÊNDICE C – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido .....</b>        | <b>83</b> |
| <b>APÊNDICE D – Formulário De Coleta De Dados .....</b>                     | <b>85</b> |
| <b>APÊNDICE E – Tabela Perfil Sócio-Demográfica Das Colaboradoras .....</b> | <b>88</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é conceituada pela Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher CEDAW (ONU, 1979) e pela Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará (OEA, 1994), como qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Tal conceito, ao expressar a complexidade e magnitude do fenômeno, alerta quanto à prevenção e enfrentamento deste agravo que requer, para além de políticas públicas governamentais, a articulação com os movimentos sociais organizados para a busca e garantia dos direitos das mulheres, em especial o movimento feminista.

Vale ressaltar que é uma realidade mundial o cenário da violência contra as mulheres, com altos índices de morbimortalidade feminina. Os canais Disque 100 e Ligue 180 registraram 105.671 denúncias de violência contra a mulher em 2020. O número representa um registro a cada cinco minutos. Deste quantitativo, 72% dessas denúncias foram de violência doméstica e familiar. Os outros 22% foram registros de violação de direitos civis e políticos, como tráfico de pessoas, cárcere privado e condição análoga à escravidão (BRASIL, 2021). Vale destacar que no início da pandemia (março e abril de 2020) houve um aumento de mais 27% de chamada no 180 (BANCO MUNDIAL, 2020)

O número de óbitos de mulheres assassinadas no Brasil por violência nos primeiros seis meses de 2020, foi de 1.890 homicídios dolosos (uma alta de 2% em relação ao mesmo período de 2019), desse total, 631 foram feminicídios, quando o crime é motivado pelo fato da vítima ser mulher (MONITOR DA VIOLÊNCIA, 2020). Essas mortes, na Lei de Feminicídio (Lei 13.104/2015), se definem enquanto perseguição e morte intencional de pessoas do sexo feminino, classificada como crime hediondo no Brasil. É considerada a mais extrema forma de violência contra a mulher, que se alicerça na cultura patriarcal e sustenta a condição de subalternidade das mulheres, as distanciando da sua autonomia e liberdade (BRASIL, 2015).

Ainda que não leve a morte, a violência contra a mulher remete a um cotidiano pautado na condição de aceitação do controle sobre o seu corpo e as suas vontades, ocasionando uma relação de poder e posse. Sobre isso, pesquisa realizada com homens e mulheres em contexto de violência sustenta a ideia de posse dos primeiros sobre os segundos, ao discutir a fidelidade na relação íntima afetiva, demonstrando o machismo e

conservadorismo envolvido nesse cenário (FPA, 2010; WAISEFISZ, 2015). Essa concepção ideológica da mulher enquanto propriedade do homem, ainda compartilhada nos dias atuais por ambos, dá margem a vivências de violência, a qual geralmente acontece no âmbito doméstico.

Nesse sentido, sob a perspectiva de gênero, a violência contra a mulher emerge das expressões de desigualdades baseadas na divisão sexual, que se inicia no contexto familiar, o que a difere das demais formas de violência, as quais são ancoradas exclusivamente em atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, visto como igual (BANDEIRA, 2014). Daí o cenário doméstico ser propício a violência contra a mulher, mais especificamente no âmbito conjugal (DAHLSTEDT, 2013). Independentemente do espaço em que a violência aconteça, as mulheres experienciam diferentes consequências, na esfera biopsicossocial.

Concernentes ao âmbito social dados do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento apontam que uma em cada cinco faltas ao trabalho no mundo é motivada por agressões ocorridas no espaço doméstico. Essas instituições calculam ainda que as mulheres em idade reprodutiva perdem até 16% dos anos de vida saudável como resultado dessa violência (RIBEIRO; COUTINHO, 2011). É comum ainda que essas mulheres apresentem dificuldades de aprendizagem e/ou abandonem os estudos. Soma-se o distanciamento do convívio de familiares e amigos, provocado por vezes por situações de isolamento social que são submetidas (ALBUQUERQUE NETTO et al., 2017).

No cenário da saúde, segundo o Banco Mundial, a cada cinco anos em vivência de violência a mulher perde um ano de vida saudável (RIBEIRO; COUTINHO, 2011). Isso é resultado de uma diversidade de problemas físicos como lesões, tensões musculares, cefaleia, taquicardia, hipertensão, problemas digestivos, perda de apetite, dentre outros que podem acometer a saúde das mulheres em decorrência da violência. Vale salientar que, para além das marcas físicas, a violência pode provocar a síndrome do estresse pós-traumático, tristeza profunda, labilidade emocional, depressão, impactando na subjetividade da mulher, o que leva a falta de perspectiva de vida e pode culminar na tentativa de suicídio e suicídio (GOMES, 2013).

Essas consequências geram gastos diretos e indiretos para os cofres públicos em diferentes setores como sociais, da saúde e jurídico-policial. O Brasil é o país onde as mulheres mais padecem desse tipo de violência, este agravo é responsável por um terço das internações em unidades de emergência e pela perda de 10,5% do PIB nacional (84 bilhões de dólares) (BRASIL, 2014). Na América Latina, a violência doméstica atinge entre 25% a 50%

das mulheres; uma mulher que sofre violência doméstica geralmente ganha menos do que aquela que não vive em situação de violência. Estima-se que o custo da violência doméstica oscila entre 1,6% e 2% do PIB de um país, fatos esses que demonstram que a violência contra a mulher sai do âmbito familiar e atinge a sociedade como um todo, configurando-se em fator que desestrutura a teia social (ONU, 2017).

Frente a essa problemática, atualmente no Brasil, já se tem marcos referencial e legal que cerne as políticas públicas de atenção e enfrentamento da violência contra mulher, a saber: a Lei Maria da Penha - 11.340/2006 e a Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (BRASIL, 2006). Essas e outras conquistas foram resultado da atuação de movimentos feministas no Brasil, que desde a década de 70, vem denunciando a violência contra a mulher como um problema que transcende o âmbito privado (BANDEIRA, 2014). Daí a importância das organizações sociais no processo de (re) definição do modo de intervenção do Estado, bem como deste de estimular a ação social comunitária (BANDEIRA, 2014).

As organizações sociais do campo da educação popular se apresentam nesse cenário com uma grande relevância, pois os indivíduos durante seu processo de socialização constroem seus conhecimentos através de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos. Ao longo da vida, se aprende "no mundo da vida", via processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas. Nessa perspectiva, os espaços educativos localizam-se em territórios que acompanham as trajetórias de vida dos grupos e indivíduos. A educação popular é constituída por todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, de forma permanente e não organizada (TORRES, 1992). Especificamente sobre o movimento feminista, o mesmo acontece com o feminismo do campo popular, destaca-se a sua relevância também enquanto rede de apoio às mulheres em situação de violência. Pesquisa demonstra que esse tipo de apoio se configura enquanto suporte social a essas mulheres que encontram nesses espaços o acolhimento, a escuta, o fortalecimento para saída do ciclo de violência (GOMES et al., 2015). O feminismo é uma teoria ou uma perspectiva pessoal de se conduzir no mundo. É um movimento social de mulheres, em torno da causa das mulheres, que nos aglutina pra lutar, apesar das diferenças e desigualdades entre nós.

Mais exemplo disso é o trabalho oferecido pela organização comunitária Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), criado com o objetivo de extinguir a violência doméstica contra as mulheres (GOMES et al., 2015). Criado em 1992, esse espaço foi articulado para que as

mulheres da comunidade pudessem refletir e debater as formas de opressão e exploração que se encontravam expostas no seu cotidiano. A violência conjugal era uma experiência marcante das integrantes do CMC e de muitas outras que faziam parte desta comunidade, concomitante a esta forma de opressão, existia o racismo e o empobrecimento que eram fatores determinantes a situação de vulnerabilidade das mulheres.

As minhas inquietações e indignações diante das formas de opressões e explorações vividas pelas mulheres, me impulsionou a atuar no movimento feminista. E a minha convivência em relacionamento abusivo me motivou a priorizar a luta pelo “fim” da violência contra as mulheres. E é a partir desta perspectiva que decidimos nos organizar para estudar a temática violência e realizar ações de enfrentamento.

Na condição de idealizadora e uma das fundadoras do Coletivo de Mulheres do Calafate, tomei a iniciativa de articular e reunir as mulheres do Calafate devido à ausência delas nos espaços de participação política na comunidade, na época associação de moradores, e diante de casos de violência que eu tomava conhecimento na comunidade. Antes de fundar o Coletivo de Mulheres do Calafate, eu participava da igreja católica e associação de moradores da comunidade do Calafate.

No início do Coletivo de Mulheres do Calafate, tínhamos uma articulação com o NEIM/UFBA, que logo no começo da nossa fundação (1993) nos encaminhou uma pesquisadora canadense para realizar uma pesquisa sobre violência contra as mulheres. Esse foi um período que os casos de violência conjugal eram pauta principal nas nossas conversas entre as fundadoras e rodas de conversas com as mulheres da comunidade.

Em 2000, o núcleo de pesquisa GEM/UFBA (em 2004 o Grupo Vida) inicia pesquisas acadêmicas, as quais resultaram em TCC, Dissertações e Teses na temática violência conjugal e com interface a outros temas. Acompanhar as estudantes e pesquisadoras me despertou a vontade de pesquisar e ‘escrever’ sobre a contribuição do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento a violência contra as mulheres, reconhecendo assim a importância da participação de cada integrante na história do Coletivo de Mulheres do Calafate. Desde essa época vislumbrava a importância dessa instituição na vida de cada integrante e as contribuições da história de vida de cada uma delas para o Coletivo de Mulheres do Calafate, resultando em incidências nas políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres, em produções acadêmicas sobre violência conjugal e em produção de saberes e participação de mulheres populares no movimento feminista.

A participação no CMC se deu desde a sua fundação, juntamente com mais sete

amigas, até os dias atuais, por muitos momentos minha história se funde com a do CMC. Nesses quase 28 anos, realizamos ações na comunidade e nos articulamos nos três campos políticos: Movimentos Sociais, Estado e Academia. Com relação aos dois primeiros, atuamos em espaços de intervenções e proposições políticas, sobretudo nos serviços que atendem às mulheres em situação de violência, e também no próprio Grupo de Trabalho (GT), onde representantes de diversos serviços se reúnem sistematicamente.

Destaco aqui a relevante atuação na Rede de Enfrentamento a Violência contra as mulheres, onde o CMC contribuiu com a realização de três oficinas em comunidades populares e um encontro com grupos de mulheres para discutir e elaborar o projeto do Centro de Referência Loreta Valadares, atualmente intitulado Centro de Referência de Atenção a Mulher Loreta Valadares (CRAMLV), fundado em 2005, pela Superintendência Especial de Políticas para as Mulheres. Resultante de uma parceria entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, o CRAMLV oferece um serviço gratuito de prevenção e atendimento jurídico, psicológico e social para as mulheres que sofrem de diversos tipos de violência e que são encaminhadas por vários órgãos e/ou que procuram o centro espontaneamente. Neste espaço, atuei na condição de subcoordenadora durante seis meses em 2008.

Desde a fundação do CMC, muito já se foi construído e desconstruído, inclusive no que tange a compreensão da violência enquanto um problema que não se limita ao jurídico-policial, com impactos importantes sobre a saúde coletiva e, por isso, demandando de ações de educação em saúde, sobretudo nas questões sociais e relacionais.

Aflorado o meu desejo de ‘escrever’ sobre o Coletivo de Mulheres do Calafate, promovi encontro com cada uma para obter delas a percepção sobre o Coletivo de Mulheres do Calafate e comecei a escrever sobre esses bate papos, mas fatores externos, como a garantia de grana para a sobrevivência e a violência conjugal que eu vivi, me afastaram desse sonho.

Como o Coletivo de Mulheres do Calafate atua como um instrumento motivador para as mulheres se empoderarem, fui motivada a fazer o curso de Serviço Social por uma integrante do CMC, enquanto assistente social estive engajada nas reivindicações dos direitos das mulheres, com enfoque para o empoderamento no sentido de uma vida livre de violência. Já formada, fui incentivada a fazer o mestrado por uma pesquisadora vinculada a Escola de Enfermagem/UFBA, que em tempos anteriores escreveu seu TCC, Dissertação de mestrado e Tese de doutorado no Coletivo de Mulheres do Calafate. As integrantes tinham conhecimento da minha trajetória acadêmica e do meu desejo em contar a história do Coletivo de Mulheres

do Calafate, portanto elas são a razão desse processo de inquietação com a realidade e vontade de mudança do cenário que vivíamos.

Sendo assim, compreendendo a relevância de organizações feministas para o fortalecimento de mulheres em situação de violência doméstica com fins em uma vida livre desse fenômeno e motivada a expandir e propagar o protagonismo do CMC há mais de 25 anos de atuação assumo como questão de pesquisa: O Coletivo de Mulheres do Calafate trouxe contribuições para o enfrentamento da violência contra as mulheres? Nessa perspectiva, o presente estudo tem o seguinte objetivo: Conhecer as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento a violência contra as mulheres.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 HISTORICIDADE E COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Compreender o fenômeno da violência contra a mulher se faz necessário para trilhar um novo caminho na história da humanidade, na qual as mulheres são tratadas como sub-humanas, sem expressão, como objeto de procriação, inferior e subalterna ao homem. Entendemos como violência o uso da agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico (MINAYO, 1997).

A violência é tão antiga quanto às sociedades. Ela é resultado de certa soma de poder, desferida contra alguém. Historicamente o uso da violência é um instrumento para manutenção e reprodução das relações desiguais de poder, para coibir, dominar e explorar. Toda violência social tem, até certo ponto, caráter revelador de estruturas de dominação (de classes, grupos, indivíduos, etnias, faixa etária, gênero, nações) e surge como expressão de contradições entre os que querem manter privilégios e os que se rebelam contra a opressão (MINAYO, 1997).

Nesse contexto, sabe-se que na formação social brasileira a violência foi usada através da força e do massacre para a exploração e a dominação econômica, cultural e política, deixando marcas profundas nas relações de gênero, de classe e baseadas na raça/etnia. A construção social do Brasil ocorreu de maneira violenta, à custa da subjugação de muitas etnias originárias, da concentração de riquezas, principalmente, as terras, que foram divididas entre poucas pessoas, escravização dos africanos, etc. A desigualdade socioeconômica entre as pessoas é nítida sociedade brasileira, fator determinante para a produção da violência.

Esta disparidade foi construída pela exclusão social durante o processo histórico. A realidade era produzida no cotidiano, nas práticas sociais, marcadas por conflitos gerados entre escravos e imigrantes, no final do século XIX e no início do XX (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2016). A legitimidade no uso da violência está inscrita em nossa cultura, marcadamente autoritária. A população negra, pobre e indígena, e dentre esses grupos em particular as mulheres, foram dominadas historicamente pelo fenômeno. A violência contra as mulheres é, no entanto entendida e enfrentada como uma das mais fortes expressões das desigualdades entre homens e mulheres, fundamentadas na cultura patriarcal no âmbito do

privado, como também no campo da economia e da política, através do patriarcalismo.

O patriarcado ao longo do tempo teve vários significados e foi utilizado para denominar um tipo de relação de poder. Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social é na verdade uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e regalias (MILLET, 1970; SCOTT, 1989).

A submissão da mulher se dá ao longo dos séculos podendo considerar seu início quando o homem passou a ter domínio nas atividades produtivas, difundindo a propriedade privada da terra e dos rebanhos, e quando passou a ter consciência do seu papel na reprodução humana. Assim, quando o homem começou a entender sua função reprodutora, passou a controlar a sexualidade feminina. (PATEMAN, 1993) Foi neste período, com a sistematização da atividade agrária e a partir da invenção do arado, que a espécie humana deixou de ser nômade, provocando assim o surgimento das primeiras aldeias, das cidades, depois das Cidades-estados, dando origem depois aos primeiros Estados e aos Impérios. Segundo Stearns (2007, p. 31), “[...] o deslocamento da caça e da coleta para a agricultura pôs fim gradualmente a um sistema de considerável igualdade entre homens e mulheres”. As sociedades, então, se tornam patriarcais, baseadas na supremacia do homem nas relações sociais (BALBINOTTI, 2018).

Na família patriarcal, a mulher passou a estar na esfera da subalternidade do homem e a lealdade/fidelidade feminina é exigida para que a herança seja transportada aos filhos, já que a esposa passa a fazer parte dos bens que estão em posse do marido. Uma vez conhecida à participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. O corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser controlados, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres (NARVA; KOLLER,

2006).

A responsabilidade pela função da reprodução da espécie confinou a mulher ao destino único e natural, dando origem à subordinação das mulheres, legitimando a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. O espaço doméstico ficou sendo destinado para a mulher, devido sua capacidade natural da maternidade. Atribuindo-lhe também o cuidado e a socialização dos filhos. Mesmo que a mulher precisasse trabalhar fora para garantir o sustento do lar, ainda assim é determinada a responsabilidade doméstica e dos filhos, sendo obrigada a exercer uma dupla jornada com a realização do trabalho reprodutivo e produtivo. Quando se afirma que é natural ou “normal” a mulher ocupar o espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, é certo que está naturalizando um resultado da história (SAFFIOTI, 1987).

Assim, nesse processo histórico-cultural foram e são definidos os papéis sociais, bem como foram estabelecidas as desigualdades nas relações sociais para os homens e para as mulheres e, conseqüentemente, fomentados uma relação de poder. Por isso, esta imposição social e ‘naturalização’, citada anteriormente, dava legalidade ao homem sobre o corpo da mulher cabendo a eles disciplinar e corrigir as mulheres da família, sendo lícito que, para isso, utilizasse o uso da violência (SAFFIOTI, 1987).

Nesse ínterim, o uso da violência contra as mulheres constituiu-se como um instrumento normatizador e disciplinador para dominar e violentar os corpos femininos, sustentando-o, através do ponto de vista físico e simbólico, como propriedade ou mercadoria dos homens; para manter a divisão sexual do trabalho; proibir a participação, sustentando o aprisionamento das mulheres nas funções e esfera doméstica. Por isso, historicamente os homens, através da violência, impõem seu controle e domínio, tanto no âmbito doméstico e público e nas diversas formas de violência. É possível concluir, então, que as funções impostas às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas (TELES; MELO; 2003).

Ainda no exercício de (tentar) explicar a violência contra as mulheres, estudos apresentam as linhas teóricas de compreensão da violência contra as mulheres a partir do pensamento da perpetração da violência devido à naturalização da superioridade do homem sobre a mulher, do pensamento fundamentado numa perspectiva feminista e marxista do patriarcado e do pensamento da relativização da relação dominação *versus* vitimização

(BALBINOTTI, 2018). As diversas correntes teóricas que buscam explicar as raízes da violência contra as mulheres, evidenciam que o machismo vai muito além de uma conduta construída, aprendida e reforçada culturalmente a partir de definições de papéis de gênero (BALBINOTTI, 2018).

Gênero é uma categoria criada para demonstrar que a grande maioria das diferenças entre os sexos são construídas social e culturalmente a partir de papéis sociais diferenciados que, na ordem patriarcal, criam-se polos de dominação e submissão. O sexo descreve as características e as diferenças biológicas que estão exclusivamente relacionadas à anatomia e a fisiologia. Os corpos do homem e das mulheres apresentam características que são determinadas pelo sexo e é através destas que a sociedade justifica as ideias sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, o que é masculino e o que é feminino, ou seja, as representações de gênero, contribuindo a partir daí a estabelecer como deve se dar as relações entre os homens, entre as mulheres e entre os homens e as mulheres (CUNHA, 2014).

Entender gênero enquanto categoria de análise implica compreender melhor como as relações sócias são construídas e por que são construídas desigualmente privilegiando o sujeito de sexo masculino. Vai além das propostas que pensam gênero como construção social, bem como os conceitos que o apontam apenas como relações de poder assentado no domínio masculino, há uma necessidade de articular a noção de construção social com a noção de poder. (SCOTT, 1995) O movimento feminista acumula, historicamente, o processo de compreender melhor as relações sociais e culturais entre os sexos.

As relações de gênero explicam ainda a complexidade das relações sociais, pois por ser uma construção social se expressam de formas diversas a depender da cultura de cada povo dentro de uma mesma sociedade, elas também podem mudar de acordo a classe social da pessoa, da raça, da idade. A categoria gênero se apresenta de modo complexo, envolvendo não só relações e características entre os sexos, mas indo além, sendo determinada também, numa dinâmica temporal, por elementos que são, ao mesmo tempo, significativos no que se refere às relações entre sociabilidade e cultura (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Uma vez organizadas, as mulheres tinham o intuito de mudar a situação de submissão da mulher diante do homem, faziam reivindicações, como: o direito ao seu corpo, a sexualidade, a reprodução e contra qualquer tipo de violência e discriminação praticada sobre a mulher. Assim, criou-se o movimento feminista, com objetivo de dar visibilidade à situação de subalternidade que viviam as mulheres denunciando que essa situação não era natural e

sim histórico-cultural. Neste ponto, no final da década de 1960, o feminismo começa a lançar ideias para desconstruir os mitos criados e descrever, sob o ponto de vista das mulheres, o mundo que lhes fora proposto (BALBINOTTI, 2018). O destino da mulher não estaria definido por nenhum desses elementos senão pela construção social (BEAUVOIR, 1980).

No Brasil o movimento feminista surge com o objetivo de lutar pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. O movimento foi responsável pela compreensão partilhada de que o espaço privado não é o lugar da privacidade. Ao contrário, este espaço tem sido para muitas mulheres, o lugar da privação onde, historicamente, as mulheres permanecem grande parte das suas vidas, com o cotidiano impregnado de proibições. Às mulheres foi negado o direito a ter segredo, a se organizar e a ter autonomia. No Brasil, com o golpe militar de 1964, os movimentos de mulheres e feminista, quanto os demais movimentos populares e de esquerda, foram silenciados, erradicados e massacrados (FERREIRA; TEIXEIRA, 2010).

Apesar dos altos e baixos, no ano de 1970 o feminismo ganhou força no Brasil, devido a um conjunto de fatores tanto no âmbito internacional, com a declaração do Ano Internacional da Mulher em 1975, favorecendo a discussão da condição feminina no cenário internacional, e no âmbito nacional com as mudanças efetivas na situação da mulher no Brasil a partir dos anos 1960, propiciadas pela modernização por que vinha passando o país, pondo em questão a tradicional hierarquia de gênero. O feminismo militante no Brasil, que começou a aparecer nas ruas, dando visibilidade à questão da mulher, surge, nesse momento, sobretudo, como consequência da resistência das mulheres à ditadura (SARTI, 2004).

As feministas sinalizavam que as desigualdades entre homens e mulheres eram frutos de relação de poder constituído ao longo da história e não biologicamente, que poderia, portanto, ser mudada em favor de uma vida mais justa para as mulheres. O movimento feminista se constituiu como uma poderosa estratégia para desconstrução da estrutura patriarcal e de desigualdades que foram historicamente estabelecidas na sociedade. (GREGORI, 2017). Enfim, as mulheres entraram em todos os campos para defender os seus direitos e a sua história.

E apesar do contexto autoritário e à repressão dos regimes militares dominantes o pensamento feminista e a crítica radical à condição do ser feminino, ganham as ruas para entoar as palavras de ordem “Nosso Corpo nos Pertence e o Privado também é Político”, que mais tarde recebeu o título de feminismo da resistência. Para alguns historiadores, esse feminismo que surge na década de 70, também podendo ser denominado de feminismo

contemporâneo, chega aos dias atuais enquadrando-se na ideia de ‘novos movimentos sociais’. Havia muitas reivindicações para fomentar a visibilidade da violência contra a mulher, bem como, na busca de que o Estado, até então completamente negligente, dessa resposta perante esses casos. (SILVA; CAMURÇA, 2010.).

Já na década de 80 os grupos feministas na sua maioria não chegaram a se institucionalizar. Eles existiam de fato, eles agiam, mas eles não tinham institucionalização. A inserção do feminismo no âmbito institucional do Estado se deu concretamente com a Constituição Federal e provocava muitas dúvidas dentro do movimento, que avaliava os reais benefícios de firmar uma aliança e dar confiança aquele que sempre lhe oprimiu e lhe negou direitos (GREGORI, 2017). A década posterior, o ano 90, procurou contestar as definições essencialistas da feminilidade que se apoiavam especialmente nas experiências vividas por mulheres feministas brancas integrantes de uma classe média-alta da sociedade. As mulheres negras começaram a se destacar no movimento feminista e negociar seus espaços para revelar as diferenças vividas por mulheres com diferentes condições sociais e étnicas. Destituídas de poder econômico e com menor ascensão social, as mulheres negras estão mais vulneráveis às múltiplas violências de gênero e menos instrumentalizadas a buscar apoio institucional (HOOKS, 1995).

Os feminismos realizam vários tipos de manifestações para dar visibilidade na sociedade para a existência e o combate à violência contra as mulheres, onde a mesma não ocorria apenas no âmbito conjugal, mas as mulheres sofriam violência por ser negras, por ser índias, por ser pobre e só pelo fato de nascer mulher. Reconhecem e afirmam a existência de uma relação intrínseca entre gênero, raça e classe e que essas categorias não existem isoladamente. Afirmam que existe, por meio das relações entre elas, estudo e enfrentamento da violência contra as mulheres (SANTOS; OLIVEIRA, 2010).

Em suma, a violência contra a mulher é conhecida em muitos países como um problema social, por isso tem sido objeto de ações para criação de políticas públicas, legislações e ações de organizações não governamentais, com o intuito de coibi-la e resguardar suas vítimas. É compreendida como um dos problemas causados pela dominação, pela exploração e pela opressão a que as mulheres são submetidas. Uma expressão de desigualdades de poder nas relações entre homens e mulheres, com números crescentes, políticas públicas em construção, com uma magnitude e impacto global.



## 2.2 MAGNITUDES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Diante da dimensão da violência contra as mulheres se faz necessário que órgãos governamentais e sociedade civil se organizem em várias partes do mundo para enfrentar o fenômeno e através de uma articulação política, criar marcos referencial e legal.

Em 1993, na Assembleia Geral da ONU – Organização das Nações Unidas, a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, afirmou que a violência contra as mulheres constitui uma violação dos direitos e liberdades fundamentais da mulher e prejudica ou anula seu gozo desses direitos e liberdades. Além disso, afirmou a violência como uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais entre homens e mulheres, o que levou a dominação e discriminação das mulheres por homens (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Um ano depois na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA – Organização dos Estados Americanos em 1994 e ratificada pelo Brasil em 1995, a violência contra a mulher é definida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Já no Brasil, o marco legal surge em 2006 com a Lei Maria da Penha (11.340/2006). Essa consta em seu artigo 5º a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, social ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A proposta dessa Lei é de criar mecanismos jurídicos para coibir e punir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Sua estruturação pode ser entendida a partir de três eixos principais de medidas de intervenção: criminal; de proteção dos direitos e da integridade física da mulher; e de prevenção e educação. (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Os marcos referenciais e legais apresentam o esforço do conjunto da sociedade no enfrentamento a violência contra as mulheres, dando visibilidade ao fenômeno e suas raízes históricas fundamentada na relação de poder desigual entre o homem e a mulher. A violência contra as mulheres refere-se a um fenômeno mundial, que atinge todas as classes sociais, por isso vários países vêm aplicando medidas de prevenção e controle na tentativa de frear essas ações (BARUFALDI et al., 2017). Os marcos legais apresentam, também, mecanismos para prevenir, coibir e erradicar a violência contra as mulheres, a qual apresenta relevante

estatística na nossa sociedade.

O índice da violência contra as mulheres é alarmante, e cria impactos relevantes na saúde, na vida social e econômica das mulheres. É uma das manifestações mais extremas e perversas da desigualdade de gênero, produto das diferenças de poder e que representa um importante fenômeno social e de violação dos direitos humanos, impactando significativamente no processo saúde-doença e na perspectiva de vida das mulheres (BARUFALDI et al., 2017). Estima-se que 35% das mulheres em todo o mundo já tenham sofrido qualquer violência física e/ou sexual praticada por parceiro íntimo ou violência sexual por um não parceiro em algum momento de suas vidas e calcula-se que de todas as mulheres que foram vítimas de homicídio no mundo em 2012, quase metade foram mortas pelos parceiros ou membros da família (OMS, 2012).

No Brasil as estatísticas não são diferentes. A violência contra as mulheres apesar de ser crime, registra um alto índice no país. Segundo Balanço do Ligue 180 no 1º semestre de 2016, em 39,34% dos casos, a violência ocorre diariamente; e em 32,76%, semanalmente. Isso significa que em 71,10% dos casos, a violência ocorre com uma frequência extremamente alta. Do total de relatos, 51,06% referem-se a agressões físicas e 31,10%, à violência psicológica. Em 67,63% dos casos, as agressões foram cometidas por homens com quem as vítimas mantêm ou mantiveram uma relação afetiva. Apesar de ser grave violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres segue vitimando milhares de brasileiras frequentemente (SEPM, 2016).

Segundo o “Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres” no Brasil, dos 4.762 homicídios de mulheres registrados em 2013, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo a maioria desses crimes (33,2%) cometidos por parceiros ou ex-parceiros. Isso significa que a cada sete feminicídios, quatro foram praticados por pessoas que tiveram ou tinham relações íntimas de afeto com a mulher. O feminicídio, fase mais perversa e extrema da violência contra mulheres, se expressa por meio de assassinato destas por razões baseadas nas desigualdades de poder entre os gêneros. Portanto, trata-se da violência exercida pelos homens contra as mulheres em função do desejo de obter poder, dominação ou controle (BARUFALDI et al., 2017).

Ainda de acordo com o Mapa da Violência de 2015 o número de mortes violentas de mulheres negras aumentou 54% em dez anos, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas diminuiu

9,8%, caindo de 1.747, em 2003, para 1.576, em 2013 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015). No Balanço do Ligue 180 se registra, também, que 59,71% das violências foram cometidas contra mulheres negras, demonstrando a importância da inclusão de indicadores de raça e gênero nos registros administrativos referentes à violência contra as mulheres (BALANÇO 180, 2016). Relacionado ao Estado da Bahia, segundo a Coordenação de Documentação e Estatística Policial (CDEP/SSP) o Estado registrou 15.751 ocorrências de violência contra as mulheres maiores de 18 anos, de janeiro a 15 de maio de 2017. Ainda informa que, 125 mulheres foram assassinadas no período, mas apenas 14 casos foram notificados como feminicídio, além de 111 casos de homicídio doloso e 118 tentativas de homicídio. Ainda nesse contexto, nas tentativas e homicídios contra mulheres, foram registrados 5.021 casos de lesão corporal dolosa (quando a agressão é intencional) e 158 casos de estupro. Finalizando o levantamento da SSP, foram registradas 10.149 ameaças contra mulheres na Bahia, com 2.327 casos na capital, 851 na RMS e 6.971 no interior (SPM/BA, 2017).

Os altos índices nas estatísticas confirmam que a violência contra a mulher é, antes de tudo, um profundo e reiterado desrespeito aos direitos humanos. Essa, provoca um aumento substancial de gastos com cuidados de saúde pública, que vão desde a necessidade de atendimento hospitalar às vítimas, passando por consultas psiquiátricas, psicológicas e medicação. Devido às consequências da violência sobre a saúde, mulheres nessa situação são frequentadoras assíduas dos serviços de saúde, muitas vezes, o único lugar em que procuram ajuda (HASSE; VIEIRA, 2014).

As consequências para a saúde são muitas, tanto repercussão na saúde física, como: lesões, fadiga, cefaleia, distúrbios do sono, no padrão de alimentação e mortalidade materna, doenças associadas à infecção pelo HIV, infecções sexualmente transmissíveis (IST), gravidez indesejada, problemas na saúde sexual e reprodutiva e, repercussão na saúde mental: ansiedade, pesadelos, fantasias catastróficas, isolamento, alienação e suicídio. Além disso, as mulheres com história de violência se encontram mais vulneráveis para IST's e para gravidez indesejada (GOMES et al., 2013).

Apesar dos avanços nos últimos anos, decorrentes dos marcos legais e inovações políticas, milhões de mulheres brasileiras continuam sofrendo violência física, sexual, psicológica e patrimonial. As políticas nessa área enfatizam a extrema importância do atendimento adequado, em especial, nos serviços de saúde (BRASIL, 2006).

Entretanto, mesmo se nos restringirmos ao aspecto estritamente financeiro do

problema, a violação da integridade física das mulheres representa pesado fardo para os orçamentos nacionais, e as perdas para o país são enormes. Os custos indiretos imediatos da violência incluem a queda na produtividade, a falta das mulheres ao trabalho, a redução de salário e, em último caso, a perda de emprego. As mulheres que sofreram violência são as mais suscetíveis de depressão. Essa correlação já é muito bem apontada na literatura médica e sociológica. Com base nessa correlação, a depressão afeta o rendimento das mulheres no trabalho e leva a uma redução de salários que chega a 20%, em relação às pessoas saudáveis do mesmo gênero e ainda reduz em 10% a probabilidade de essas pessoas procurarem trabalho (OLIVEIRA, 2018).

Apesar disso, é importante ressaltar, no entanto, os notáveis avanços nos últimos anos: 125 países possuem leis específicas que penalizam a violência doméstica, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu a violência sexual como tática de guerra deliberada e planejada; o direito internacional deu passos sólidos e definitivos para condenar e investigar os crimes de violência sexual durante e depois de um conflito, além do desenvolvimento de serviços de saúde e de enfrentamento para a violência nos últimos anos, como é o exemplo do Brasil.

A violência contra as mulheres ganha sua visibilidade na sociedade através do movimento feminista. Os movimentos sociais têm como uma de suas finalidades darem visibilidade aos problemas sociais que acontecem no âmbito da sociedade. A força dos movimentos sociais está na sua capacidade de explicar o problema ou a situação que se quer enfrentar, de provar com argumentos que esta situação é injusta, de mobilizar muita gente e realizar ações coletivas (SILVA; CAMURÇA, 2010).

No Brasil, a linha do tempo no enfrentamento à violência contra as mulheres compreende vários períodos. Nas décadas de 70 e 80 foram marcados por inúmeros casos de assassinatos de mulheres. Nesse período as mulheres são impulsionadas para organizarem manifestações e irem para as ruas protestarem e denunciarem, com o slogan: “Quem ama não mata.” Nesse período destaca-se o assassinato de Eliane Grammont, pelo cantor Lindomar Castilho (MEDEIROS, 2011).

O primeiro serviço público municipal de São Paulo e do país, desse tipo, criado em 09 de março de 1990, foi batizado com seu nome – Casa Eliane de Grammont. “É um centro de referência e atendimento integral às mulheres nos casos de violência doméstica e sexual. Oferece atendimento psicológico e de assistência social, como parte de uma política de

prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres (MEDEIROS, 2011).

Para denunciar casos de violência contra as mulheres, não era uma atitude muito fácil. O silêncio diante dos casos de violência contribuiu para a impunidade, diante desse cenário o movimento feminista passou a difundir em todo o Brasil a campanha com slogan: “O silêncio é cúmplice da violência”. Esta campanha pressionava ao Estado políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres. O slogan tocava num antigo paradigma cultural – o pátrio poder – naturalizado pelo senso comum e expresso em ditados populares tais como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Sem dúvida, o convite a romper o silêncio e libertar-se do jugo da violência encorajou muitas mulheres a denunciarem as violências sofridas no espaço doméstico e a romper com relações afetivo-conjugais violentas (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).

As manifestações denunciavam para a sociedade a dimensão dos casos de violência que as mulheres eram vítimas no Brasil. Organizações feministas foram fundadas para atendimento às mulheres em situações de violência, enquanto o Estado não tomava para si a responsabilidade de coibir a violência contra as mulheres. A luta das mulheres resultou, em 1985, na criação da primeira Delegacia de Proteção as Mulheres (São Paulo), e na criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres - CNDM, com o objetivo de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades econômicas, culturais e políticas do país (SPM/PR, 2011).

A participação política e popular na proposição de políticas públicas, como também, no controle social das mesmas é garantida na Constituição Federal Brasileira, promulgada em 1988. Marca um período de conquistas pela redemocratização do Brasil, pós-período do regime governamental de ditadura militar. “Na Carta da Mulher Brasileira aos Constituintes” as feministas apresentaram suas propostas para o Estado brasileiro avançar na elaboração de leis e políticas visando o enfrentamento da violência contra as mulheres. As mudanças constitucionais abrem as possibilidades políticas para novas formas de participação social, provocando criação de mecanismo de controle social (SILVA, 2016). Na década de 90 a violência contra as mulheres ganha status no debate público, pelo grande esforço do movimento de mulheres e feminista, através de campanhas, manifestações, intervenção na Constituição Brasileira e nas elaborações de propostas de políticas públicas de enfrentamento a violência contra as mulheres. Debatia-se a legalização do aborto, a violência doméstica e sexual (crimes contra a liberdade sexual), a violência no mundo do trabalho (criminalização

do assédio sexual e discriminações por sexo), as medidas específicas para as mulheres presas e concebia-se a violência como violação de direitos humanos e problema da área de segurança pública (BRAZÃO; OLIVEIRA, 2010).

O cenário político apresentado leva as mulheres ao século XXI com um legado de lutas e conquistas. Esse século é marcado por espaços de articulações políticas, nos quais os movimentos feministas e de mulheres apresentaram suas demandas, resultados de intenso e rico debate na arena das políticas sociais. Em resposta as reivindicações do movimento feminista e de mulheres, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), da Presidência da República, tendo o mesmo status de Ministério, como referência governamental de elaboração e execução de políticas e articulações da igualdade de gênero no governo federal, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher. Em 2004, a partir das diretrizes definidas na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM), foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) que propõe a promoção da igualdade e gênero (OLIVEIRA, 2007).

Nesse cenário político, foram criados e fortalecidos, os Conselhos de Direitos das Mulheres, em âmbito das três esferas governamental: federal, estaduais e municipais, como espaço de participação e controle social, entretanto sem poder de deliberar. Foi legitimado e institucionalizado um novo espaço de participação política das mulheres: a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a responsabilidade de definir diretrizes e estabelecer as prioridades para um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM/PR, 2011).

Até 2003, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) e as Casas Abrigos eram os serviços de atenção às mulheres em situação de violência, que constituíam a resposta dos governos (Federal, estaduais e municipais) para coibir a violência contra as mulheres. Outros serviços foram implantados, para além das DEAMs e Casas Abrigo, tais como: Centros de Referência da Mulher, Defensorias da Mulher, Promotorias da Mulher ou Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos, Juizados Especializados de Violência doméstica e familiar contra a mulher, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), entre outros. O conjunto de serviços de atenção e assistência se constitui uma organização em rede para o enfrentamento a violência contra as mulheres (SPM/PR, 2011). O conceito de rede de enfrentamento à violência contra as mulheres diz respeito à atuação articulada entre as instituições/ serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando ao

desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento e construção da autonomia das mulheres, os seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (SPM/PR, 2011).

Em agosto de 2006, foi sancionada a Lei 11.340/06, batizada Lei Maria da Penha, entrando em vigor em 22 de setembro no mesmo ano. Resultado da luta do movimento feminista e de mulheres, articulados com organismos governamentais e não governamentais, e os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Uma conquista que muda a compreensão e o tratamento da violência doméstica e familiar, ao classificá-la como uma violação aos direitos humanos. Esta Lei cria mecanismo para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do inciso 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil, dispõe sobre criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006).

A Lei Maria da Penha é um instrumento importante para a Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres. Apresenta uma articulação das políticas sociais na proteção social, conforme mostra o seu Artigo 9:

“Art. 9º: A assistência à mulher em situação de violência e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Segurança Pública [...]” (BRASIL, 2006).

A Rede de Enfrentamento articula e congrega os resultados das conquistas do movimento feminista e de mulheres na luta pelo fim da violência contra as mulheres. Sendo que essas conquistas não esgotam as lutas sociais que vai para além de sancionar Lei, implantar políticas públicas e criar equipamentos/serviços governamentais para o enfrentamento à violência contra a mulher. A luta social de enfrentamento ao sistema patriarcal e machista se constituiu uma luta cotidiana nas redes primárias, a saber: “familiares, vizinhos, pessoas amigas, colegas de trabalho, organizações religiosas, políticas e socioculturais, entre outra (OLIVEIRA, 2007).

O Coletivo de Mulheres do Calafate é uma das organizações política e cultural que integra a Rede de Enfrentamento a Violência contra as mulheres. A trajetória de mais de duas

décadas na luta pelo fim da violência contra as mulheres e a experiência de violência doméstica vivida pelas mulheres, proporciona ao Coletivo de Mulheres do Calafate um processo gradual de conhecimentos sobre a temática, sobre os conceitos, os tipos de violência doméstica e sobre o buscar entender o fenômeno e suas complexidades, como, também, os desafios de romper com o ciclo da violência. Entende-se sobre ciclo da violência fases que se repetem sucessivamente durante anos em sistema circular. Essas fases são caracterizadas como a fase de lua de mel, a fase do início e aumento da tensão e a fase do ataque violento (CPMI, 2013).

O ciclo da violência doméstica implica na saúde da mulher. Não é um fenômeno para ser enfrentado somente através de implantações de políticas de Segurança Pública. Com o objetivo de analisar a associação entre violência doméstica contra mulheres e a prevalência de depressão, a dissertação de mestrado de Ariane Morais (2009) avalia que “Entre as mulheres estudadas, 51,5 % apresentaram depressão, encontrando-se uma forte associação entre violência doméstica e depressão (RP ajustada 2,60e IC 95%: 1,99-3,40)”. Sobre a relação da depressão e a violência doméstica (MORAIS, 2009).

O Coletivo de Mulheres do Calafate ampliou sua compreensão sobre violência contra as mulheres para além da solução como competência da Segurança Pública para de competência de Saúde Pública. Compreendendo a violência doméstica como um fenômeno que impacta a saúde física e mental das mulheres. A baixa estima faz com que as mulheres não tenham perspectiva e projeto de vida, deixem de sonhar e de ver sentido em viver. O Coletivo de Mulheres do Calafate não parava de procurar caminhos para uma compreensão que uma vida sem violência deveria ser o desejo de todas as mulheres (GOMES et al, 2012).

Tendo como principal luta social o fim da violência contra as mulheres, o Coletivo de Mulheres do Calafate, incorpora nos seus projetos e articulações meios que possibilitassem as mulheres uma vida sem violência. Diante do tamanho da complexidade que é conseguir o fim da violência contra as mulheres, procura, junto com outros grupos de mulheres e feministas propor políticas públicas no enfrentamento à violência contra as mulheres (ABRAMOVAY & CASTRO, 1998).

No Fórum de Mulheres de Salvador, integrava a Coordenação e a Comissão Violência contra as Mulheres, nesse período contribuiu para o debate, com grupos populares de mulheres; para a elaboração do projeto de funcionamento e instalação; e para a implantação do Centro de Referência Loreta Valadares, que passou depois a se chamar Centro de

Referência e Atenção as Mulheres Loreta Valadares. O Fórum de Mulheres de Salvador era uma articulação de organização de mulheres e de mulheres de Salvador/BA que realizava intervenção e controle social nas políticas públicas para as mulheres (ABRAMOVAY; CASTRO, 1998).

Já a Rede de Mulheres Negras da Bahia em 2015 contribuiu e participou da construção Marcha Nacional das Mulheres Negras. Essa denunciou o descaso do Estado nas implantações das políticas públicas considerando a especificidade das mulheres negras. 49 milhões de mulheres negras no Brasil encabeçam os piores índices de violações aos direitos humanos em todas as áreas: saúde, emprego, moradia, acesso à educação, entre outros. Ao incorporar todas essas pautas, a marcha coloca em evidência o racismo e sexismo vivido cotidianamente por mulheres negras (PINHEIROS; SOARES, 2004).

Na Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres de Salvador, articulação que reúne organizações governamentais e não governamentais de Salvador que atuam no enfrentamento da violência contra as mulheres, contribuiu na realização da CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Estado da Bahia, com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência (CPMI, 2013).

O enfrentamento a violência contra as mulheres e o processo de rompimento com a violência doméstica é lento por conta da complexidade do fenômeno mostrando o quanto é necessário a existência de uma rede que contribua eficazmente para a mulher fortalecer sua autoestima e romper com o ciclo de violência doméstica. O processo de enfrentamento ao fenômeno requer: uma rede de apoio social. E o rompimento da violência doméstica é uma atitude pessoal, mas que, articuladas, as mulheres se sentem convidadas para realização de ações coletivas na luta pelo fim da violência contra as mulheres. A experiência do Coletivo de Mulheres do Calafate retrata essa “atitude pessoal para uma atitude política” (GOMES, 2015).

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 TIPOS DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foram resgatados elementos relacionados às vivências e interações de integrantes em uma organização social e sua luta no enfrentamento a violência contra as mulheres em suas várias expressões. Este tipo de abordagem busca elementos presentes no mais profundo dos sujeitos para compreender os fenômenos em sua complexidade, englobando as interações e práticas presentes no cotidiano (MINAYO, 2001). Assim, ao dar voz as mulheres que, em seu contexto social atuaram em uma organização popular feminista em prol ao empoderamento feminino para uma vida livre de violência, o estudo possibilitará a interpretação das singularidades envolvidas no transcurso histórico do CMC no processo de enfrentamento da violência.

A história oral sugere a pensar que as vivências são lembradas de forma diferente por cada entrevista, que, ao contar algum acontecimento atribuem diferentes e importantes narrativas e percepções. Deve ser empregada em pesquisa sobre tema contemporâneo, não muito remoto que a memória das mulheres entrevistadas alcance (ALBERTI, 2004). Existem três tipos de história oral, segundo Meihy (2002): a história de vida, a história temática e a tradição oral. A história oral temática será utilizada como técnica de coleta de dados por ser a que mais permite articular diálogo com outros documentos e outras fontes de coleta.

A História Oral inicialmente se desenvolveu após a II Guerra Mundial. A Universidade de Columbia, Nova York, proporcionou um grande marco com a criação do primeiro projeto formal de História Oral. Sentiam-se à necessidade de se obter conhecimentos sobre as experiências vividas por ex-combatentes, vítimas da guerra e familiares. Essa necessidade só foi possível ser concretizada com os avanços tecnológicos, no caso aqui a invenção do gravador, que garantiu o registro dos relatos orais.

Na Itália para reconstituir a cultura popular foi utilizada a pesquisa oral, e no México foram utilizados os arquivos orais e as memórias e recordações dos chefes da revolução mexicana. Esses dois destaques de pesquisa oral são considerados a segunda geração dos historiadores orais. Esta segunda geração foi marcada por uma nova concepção da oralidade, se reportando aos relatos orais das minorias étnicas, dos iletrados, dos marginalizados entre outros. “Desenvolveu-se à margem da Academia, baseando-se implicitamente na ideia de que se chega à *verdade do povo* graças ao *testemunho oral*.”

A terceira geração de historiadores orais tem seu marco com a adesão de vários estudiosos entre eles Mercedes Vilanova na Espanha, Paul Thompson na Inglaterra e Danièle Hanet na França. Tendo como marco fundamental os seguintes eventos: XIV Congresso Internacional de Ciências Históricas de San Francisco, em 1975 e do I Colóquio Internacional de História oral realizado em Bolonha. “No Equador, Bolívia e Nicarágua foram realizadas pesquisas orais sobre o mundo camponês, em Costa Rica a Escola de Planejamento e Promoção Social da Universidade Nacional em 1983, lançou um projeto com o objetivo de tentar escrever a história do país, através da narrativa do povo.” (REINALDO et al., 2003).

No Brasil em 1973, foi criado o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), que buscava “*pensar e entender melhor o Brasil daquele período*” através dos relatos orais. Em 1994 foi fundada a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) durante o II Encontro Nacional de História Oral no CPDOC-FGV, no qual congregou historiadores orais de diferentes Estados, fortalecendo, assim, as trocas de experiências entre os mesmos. Em 1998 o Brasil sediou o X Congresso Internacional de História Oral, no Rio de Janeiro, incentivando a criação de uma revista semestral e de núcleos de estudos de história oral em diferentes instituições. Há inúmeros programas e pesquisas que utilizam os relatos orais sobre o passado para o estudo dos mais variados temas.

A História Oral é uma metodologia de pesquisa amplamente utilizada pelas Ciências Humanas, que consiste em realizar coletas de depoimentos gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Ela pode se apresentar em três formas diferentes: a Tradição Oral, a História Oral de Vida e a História Oral Temática.

No que se refere à Tradição Oral consta de relato de fatos que a pessoa presenciou ou sobre os quais possui informações. A Tradição Oral é a tradição transmitida oralmente de uma geração para outra, através de testemunhos verbalmente transmitidos em discurso ou canção, podendo tomar a forma de contos, provérbios, cânticos, por exemplo. Assim pode-se afirmar que uma sociedade possa transmitir a história oral, literatura oral, a lei oral, e outros saberes entre as gerações, sem um sistema de escrita.

Em relação à História Oral de Vida são relatos de uma pessoa sobre sua existência através do tempo e consiste na arte de deter narrativas com o intuito de obter material para conhecimento e análise de um determinado processo social do presente. E por fim a História Temática que corresponde a relatos mais restritos da pessoa e mais direcionados para uma

determinada temática. Essa forma de História Oral permite compreender o tema escolhido para pesquisa sob o ponto de vista dos sujeitos que a vivenciam, atentando-se para as diferentes maneiras de ver e sentir.

Se remeter ao passado para escrever a história do presente é um dos objetivos da História Oral. Esse diálogo do passado com o presente evidencia as transformações e os debates sobre as transformações tão presentes no processo histórico da humanidade, e a quebra da crença que somente a História detém o poder e o conhecimento para esses debates deu espaço e caminhos para os estudos no campo multidisciplinar. Sendo assim, a História Oral, tem sido utilizada por antropólogos, sociólogos, historiadores e demais cientistas sociais que optam pelo enfoque qualitativo para atingir o objetivo da sua pesquisa acreditando que a oralidade precede a escrita na história da humanidade.

A História Oral se alicerça nas realizações de entrevistas com pessoas que vivenciaram ou testemunharam um referido fato, conjuntura ou fenômeno, visando aproximar o pesquisador ao seu objeto de estudo. Por essa perspectiva a entrevista é um instrumento privilegiado para resgatar histórias vividas e recuperar memórias. Como consequência a História Oral produz fonte de consulta para estudos sobre acontecimentos históricos, grupos sociais, comunidades e instituições a luz de testemunhos e depoimentos de pessoas que deles vivenciaram. Os testemunhos permitem o resgate da pessoa como sujeito no processo histórico e constituem como fontes orais geradas no momento da entrevista, autêntico tanto pela sua importância informativa quanto pelo sua importância simbólica.

Definida como método ou como técnica de pesquisa, a História Oral segue sem obter um consenso de seus autores. Para alguns, como Verena (1990), a História Oral entende-se como uma metodologia de pesquisa. Esse conceito se encontra, também, no site da Associação Brasileira de História Oral. Para outros como Queiroz (1988) a História Oral pode ser uma técnica de coleta de dados.

Vale ressaltar que outros autores como Meihy (2002) conceitua a História Oral como um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas podendo ser concebida, também, como técnica. Segundo o conceito de Alberti (1990) a História Oral deve ser entendida como um método, de forma mais ampla, que utiliza várias técnicas para a coleta e a análise de dados e afirma que uma das peculiaridades da História Oral, seja utilizada como método ou técnica, é a proposta da recuperação do vivido, concebido por quem já viveu (ALBERTI, 2004).

A História Oral apresenta a capacidade de ir para além do meio da academia, pois é

utilizada em projetos comunitários com o objetivo de reconstruir a história do bairro e de uma instituição. Como, também, a capacidade de permitir que o própria pessoa conte o que considere relevante, ao mesmo tempo em que reflete sobre suas experiências. Podemos afirmar que o uso da História Oral representa uma contribuição muito valiosa por auxiliar a desvendar aspectos que outros métodos de investigação não alcançam: aqueles que envolvem a subjetividade e a percepção do indivíduo sobre os fatos.

Com a oralidade o narrador de alguma forma passa a ser sujeito de uma história já escrita de que participou, mas da qual não é considerado ator principal. “A História Oral transformando os objetos de estudo em sujeitos, contribui para uma história que não só é mais rica, mas viva e mais comovente, mas também, mais verdadeira” (THOMPSON, 1992).

Guiada por esse caminho metodológico da História Oral busquei Conhecer as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento a violência contra as mulheres. E assim responder a seguinte questão de investigação do meu projeto de pesquisa: quais as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento a violência contra as mulheres?

Com a questão, o objetivo e a metodologia definido do projeto de pesquisa o próximo passo foi determinar as pessoas a serem envolvidas no estudo. O campo de pesquisa foi o Coletivo de Mulheres do Calafate, pois o objeto e objetivo do estudo se referem a essa organização comunitária. As pessoas envolvidas são mulheres que participam ou já participaram dessa organização, tendo todas um vínculo institucional em cargos de gestão ou associada. Foram escolhidas quinze mulheres. Sendo onze atuais associadas que moram ou já moraram no Calafate e quatro mulheres que não são associadas, sendo uma fundadora da organização e três que integraram a gestão da organização em alguma das gestões.

### 3.2 CAMPO E COLABORADORAS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada no Calafate, rua localizada no bairro da Fazenda Grande do Retiro. Esta também é conhecida como Comunidade do Calafate devido aos projetos sociais desenvolvidos, envolvendo outras ruas circunvizinhas a Rua do Calafate.

Adentrando um pouco mais na história do bairro, segundo moradoras antigas, o bairro da Fazenda Grande do Retiro recebeu esse nome porque realmente era uma grande fazenda, que pertencia ao Sr. Justino. Na década de 1940, este senhor decidiu arrendar a sua propriedade e vender pequenos lotes para pessoas que queriam morar na região. Outros

proprietários possuíam fazendas na localidade, os quais trabalhavam no matadouro do Retiro e que em 1901 adquiriram uma grande quantidade de terras que iniciava na Melo Moraes Filho e terminava na Avenida San Martin. A Rua do Calafate fica entre a Fazenda Grande do Retiro e Avenida San Martin, localizadas em uma área popular da cidade de Salvador, Bahia, Brasil. A pesquisa foi realizada com integrantes do Coletivo de Mulheres do Calafate. Vale referir que as mulheres do Calafate se organizaram e fundaram o Coletivo de Mulheres do Calafate em 1992 com o objetivo de buscar formas de superar a violência doméstica em suas vidas e lutar pelo fim da violência contra as mulheres, enunciando a existência da violência doméstica na comunidade. Promovia, nos primeiros anos de fundação, encontros domiciliares com as mulheres para debater sobre as desigualdades de gênero e sobre a existência da violência contra as mulheres, como a maior expressão dessa desigualdade.

A trajetória do Coletivo de Mulheres do Calafate contou com a participação de mulheres da comunidade que vivenciaram a violência doméstica e, coletivamente, organizaram estratégias de enfrentamento a mesma. As mulheres que participarão do referido estudo são maiores de 18 anos, atuaram na gestão (coordenação) do CMC e/ou em projetos sociais desenvolvidos pela organização, com 05 anos ou mais de atuação em grupo. Todas vivenciaram a violência nas suas diversas formas de expressão.

Como maior desafio desse processo de pesquisa reconheço o despertar as integrantes para importância de uma pesquisa acadêmica, visto que elas não identificam benefícios diretos em suas vidas. Contudo, o vínculo de confiança, já estabelecido entre pesquisadora e participantes, favoreceu a realização do estudo.

### 3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Diante do envolvimento e/ou vínculo previamente estabelecido com as entrevistadas, em comum acordo com a orientadora ponderamos a realização da entrevista por coletadoras, bolsistas e voluntárias do grupo de pesquisa, com o intuito de manter um afastamento e interferir o menos possível nas respostas. Diante disso, o meu contato com as falas de seu durante as transcrições

Cada participante que aceitava integrar o estudo nutria em mim muita alegria. Percebia que elas sentiam-se honradas em participar da pesquisa, acredito que por ter o conhecimento da importância daquele ato.

Foi realizada uma integração entre as participantes da pesquisa através de um grupo de

whatsapp criado com as participantes e entrevistadoras com o objetivo de garantir uma integração e comunicação durante o período de coleta de dados. Foi apresentada uma breve linha do tempo do Coletivo de Mulheres do Calafate e da trajetória acadêmica da pesquisadora, através de registro fotográficos e depoimentos. Cada participante indicada a participar da pesquisa estabelecia alguma relação com o coletivo e teria contribuições a fazer ao estudo.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevista acompanhada de um roteiro, com questões norteadoras e com o uso de um aplicativo de gravador digital, a fim de assegurar maior fidedignidade das narrativas. A entrevista como ferramenta de uma escuta interessada e direcionada serve para facilitar, ampliar e aprofundar o contato entre a pesquisadora e participantes, emergindo através desta, a visão, os juízos e as relevâncias presentes nas relações e interações experimentadas por cada pessoa (MINAYO, 2014).

Após a gravação, as narrativas foram transpostas, com a inclusão de nomes fictícios e conforme os pressupostos da história oral: transcrição, textualização e transcrição. A transcrição corresponde à passagem literal do oral para o escrito; na textualização, ocorre a “limpeza” da escrita, de modo que as falas orais são transformadas em escritas, deixando fluir um texto de caráter dialógico, despertando assim o interesse por parte do leitor; na transcrição, ocorre a “teatralização do discurso”, quando se acrescenta ao texto aquilo que não foi dito, mas percebido ou visto pelo entrevistador (KAMENSKY, 2016).

Procurei a realização de rituais para escuta e transcrição das falas em ambiente tranquilo, com quantidade mínima de ruídos. Buscava que aquele momento fosse vivido como um encontro presencial, o qual seria permeado por muitas recordações e reflexões. A leitura e releitura de cada transcrição suscitavam recordações, memórias, que me conduziam ao tempo e aos momentos.

Inicialmente, a relação de afeto estabelecida com o movimento e suas participantes impactaram a minha produção e embargaram temporariamente a escrita, pois as percepções delas, não correspondiam as minhas expectativas. Contudo, fui amadurecendo a escuta, compreendendo cada experiência ali relatada. E com o auxílio da História Oral, a qual orienta o/a pesquisador/a valorizar/crer no relato de cada entrevistada e respeitar até onde a memória de cada uma conseguiu evoluir o estudo.

A cada transcrição lida era uma emoção de alegria, pois diante a tantas dificuldades que existe para manter uma organização popular, o Coletivo de Mulheres do Calafate marcou a vida de mulheres. A tristeza foi vivenciada pela morte de uma das entrevistadas e ao ler a

transcrição me fazia chorar e das mulheres que foram indicadas e não conseguiram participar da pesquisa e que fizeram muita falta para a pesquisa. Algumas estavam doentes, outras tinham dificuldades para conexão, ocupadas com o dia a dia e sem disponibilidade para participar e alguns problemas técnicos de gravação que foram entraves para inclusão no estudo como participante.

### 3.4 ASPECTOS ÉTICOS

No sentido de obter autorização para a realização do estudo, o projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. O aceite pelo CEP indica o registro do projeto no Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), conforme parecer N 4.327.347 respeitando-se as diretrizes e normas regulamentadoras contidas na Resolução nº 466/2012 do e Resolução nº 510/2016 Conselho Nacional de Saúde (CONEP), que atende às exigências éticas e científicas fundamentais quanto à pesquisa em seres humanos (BRASIL, 2012).

No intuito de garantir as questões éticas foram dadas informações, em linguagem clara e sucinta, sobre os objetivos, relevância e operacionalização da pesquisa. As participantes receberam avisos quanto ao direito de participação voluntária no estudo, bem como o de desistir, em qualquer fase do mesmo, sem prejuízos na continuidade da participação no CMC. Além disso, puderam contactar a pesquisadora por telefone e/ou endereço eletrônico (e-mail), em caso de dúvidas e/ou esclarecimentos. O anonimato, a confidencialidade e o bem-estar das mulheres que colaboraram com o estudo serão preservados, garantindo-se para isso a utilização de nomes fictícios e a realização de entrevistas em local reservado, o que permitirá maior privacidade para falar sobre suas experiências.

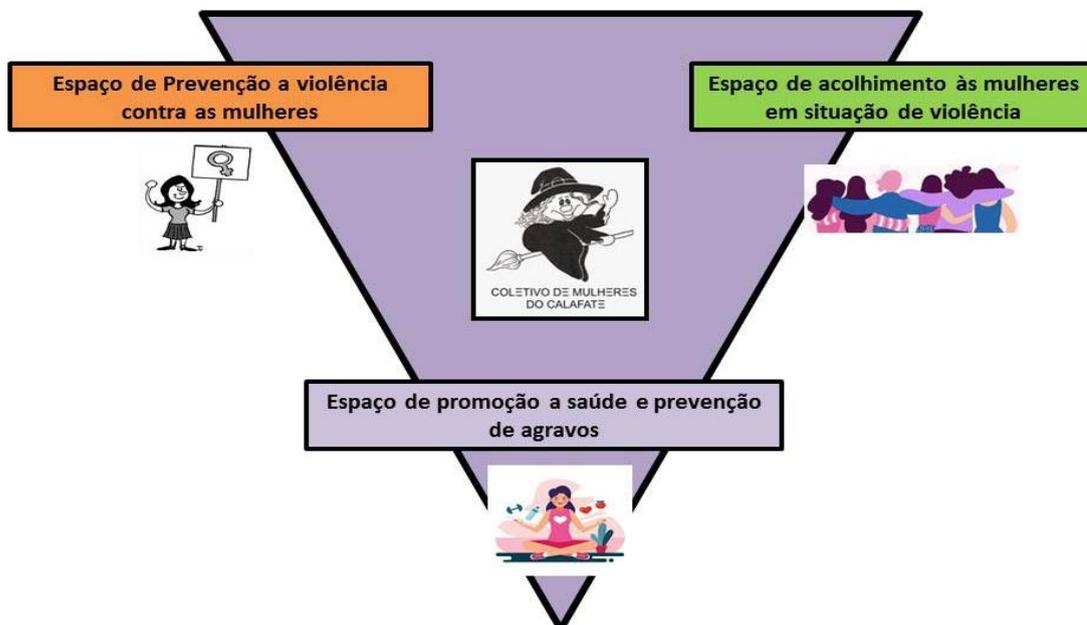
Considerou-se como risco, o constrangimento que cada participante poderá sentir ao compartilhar suas vivências, por informações pessoais ou confidenciais. Em casos de desconforto, será assegurado que a participante terá apoio da equipe de pesquisadoras, sendo possível interromper a entrevista em qualquer dado momento. Em relação à beneficência, o estudo busca, a partir do saber extraído da vivência/experiência das participantes, promover reflexões que orientem para uma maior compreensão acerca da contribuição do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento a violência contra a mulher.

Todos os aspectos éticos encontrar-se-ão registrados em Orientações às Participantes/Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE, que será assinado caso as mulheres decidam participar do estudo.

#### 4 RESULTADOS

Considerando as características sociais e demográficas (Apêndice E) das 12 participantes do estudo, evidenciou-se que estas tinham faixa etária entre 28 e 48 anos e residiam em bairros periféricos da cidade. No que concerne à variável raça/cor, se autodeclararam negras (9) e pardas (2) e branca (1). Em relação à religião, declararam-se evangélicas (2), católicas (3), religião de matriz Africana (2), espíria (1), espiritualista (1), agnóstica (1) e outras (2), embora não tenham referido pertencer a uma religião específica, declararam crer em Deus. Em relação à educação, ensino superior completo (3), ensino superior incompleto (2), ensino médio completo (5), ensino médio incompleto (1) e ensino fundamental incompleto (1). Concernente ao número de filhos, a média foi de dois por mulher. Em relação à atuação profissional, a maioria não tem emprego fixo ou ocupam cargos de baixa remuneração: trabalhos informais sem carteira assinada (1), desempregada (9), cuidadora de idosos (1) e empregada doméstica (1). O estudo descreve a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher, bem como foi possível identificar de que forma o CMC avançou no sentido de ajudar as mulheres no enfrentamento das situações de violências que poderiam estar vivenciando no âmbito na conjugalidade e isso foi representados pelos seguintes manuscritos desenvolvidos (Figura 1):

**Figura 1** – Manuscritos desenvolvidos, Salvador, 2021.



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

#### 4.1 ARTIGO 1

### **Enfrentamento da violência contra a mulher: A atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate Manuscrito submetido a revista ACTA Paulista de Enfermagem\***

#### **Resumo**

**Objetivo:** descrever a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

**Metodologia:** estudo qualitativo, descritivo, fundamentado na História Oral Temática e realizado no Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), Salvador, Bahia, Brasil. A coleta de dados ocorreu entre setembro e novembro de 2020, utilizando-se do meio digital para assinatura do TCLE e entrevista, em virtude da pandemia do novo coronavírus. Compuseram a pesquisa teve nove participantes, todas mulheres que possuem ou possuíram vínculo institucional em cargos de gestão ou como associadas do CMC.

**Resultados:** a atuação do CMC para o enfrentamento da violência contra a mulher inclui estratégias no âmbito da comunidade, emergindo assim as categorias: espaço para escuta às mulheres; espaço para o compartilhar de vivências de mulheres; espaço para articulação com os serviços de referência e espaço para encaminhamento e/ou acompanhamento de mulheres nos serviços.

**Considerações:** o Coletivo de Mulheres do Calafate promoveu ações de enfrentamento da violência contra a mulher no âmbito da comunidade, sinalizando para a importância de organizações sociais feministas enquanto cenário de referência no âmbito da comunidade.

**Descritores:** Violência Contra a Mulher; Organização não Governamental; Apoio Social; Estratégias de Enfrentamento; Feminismo.

#### **Introdução**

Violência contra a mulher (VCM), ancorada na desigualdade de gênero, consiste em

um fenômeno de construção histórica de interesse mundial. Devido sua complexidade, seu enfrentamento requer a articulação de saberes e setores, sendo essencial a atuação de Organizações Não Governamentais (ONG), associações e outros espaços nas comunidades com intuito de dialogar sobre a temática e promover ações de prevenção e intervenção.

Importante ressaltar que alguns marcos normativos conceituaram a violência contra as mulheres, a exemplo do Comitê para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação a Mulher (CEDAW) que definiu a VCM como toda a forma de discriminação baseada no sexo, que tenha como objeto ou resultado a depreciação da mulher, sendo este conceito pautado na igualdade de gênero e de direitos em todos os contextos <sup>(1)</sup> outro, a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, classificou a VCM como “uma ofensa à dignidade humana e manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens”.<sup>(2)</sup> Esses e outros contam como grandes passos para a luta das mulheres contra o descaso, esquecimento e violência que enfrentam diariamente.

Em que pese as lutas nacionais e internacionais para o enfrentamento da violência contra a mulher, esse fenômeno permanece enquanto um grave problema social arraigado na desigualdade de gênero. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2017, 87 mil mulheres foram vítimas de feminicídio, cerca de 50 mil por conhecidos - companheiros, ex-maridos ou familiares.<sup>(3)</sup> No Brasil, em 2018, registrou-se 4.519 feminicídios, o que totaliza uma morte a cada duas horas.<sup>(4)</sup> Em virtude desses altos índices e da crescente banalização das vidas femininas, através da Lei 13.104, foi formalizada a tipificação de crime hediondo para o homicídio de mulheres, quando motivado por um contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de mulher.<sup>(5)</sup>

Nesse contexto, quando a vivência de violência não leva ao feminicídio, estudos mostram que a experiência traz repercussões graves para a saúde das mulheres. Segundo o Banco Mundial, a cada cinco anos em vivência de violência a mulher perde um ano de vida saudável.<sup>(6)</sup> Isso é resultado de uma diversidade de problemas físicos como lesões, tensões musculares, cefaléia, taquicardia, hipertensão, problemas digestivos, perda de apetite, dentre outros que podem ser identificados em mulheres em situação de violência. Vale salientar que, para além das marcas físicas, a violência pode provocar a síndrome do estresse pós-traumático, tristeza profunda, labilidade emocional, depressão, e impactar na subjetividade da mulher, o que leva a falta de perspectiva de vida e também pode culminar no comportamento suicida e na morte autoprovocada.<sup>(7)</sup>

Essas consequências geram gastos diretos e indiretos para os cofres públicos em

diferentes setores como sociais, da saúde e jurídico-policial, cenário que requer articulação da sociedade em prol da prevenção e enfrentamento do agravo, sendo as organizações sociais essenciais nesse processo por estimular a ação social comunitária.<sup>(8)</sup> Nesse ínterim, insere-se o Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), organização comunitária criada em 1992 em resposta aos casos de violência na comunidade, se constituiu em importante suporte social às mulheres, desenvolvendo ações de prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres. Esse tipo de suporte social se configura em importante estratégia de apoio às mulheres que encontram nesses espaços o acolhimento, a escuta e o fortalecimento para saída do ciclo de violência.<sup>(9)</sup>

A partir da perspectiva acerca da relevância de organizações feministas para o empoderamento de mulheres e considerando o protagonismo do CMC, é que se delineou como objeto de estudo a atuação desse espaço, com mais de 25 anos de criação, para o enfrentamento da VCM. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo: descrever a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de caráter descritivo, realizada no âmbito do Coletivo de Mulheres do Calafate, associação de mulheres, com sede na cidade de Salvador, Bahia, Brasil, criada com o objetivo de combater a violência doméstica contra as mulheres.

Foi utilizado como referencial metodológico a História Oral Temática, a qual vem para dar voz às mulheres que em seu contexto social atuaram em organização popular feminista, em prol ao empoderamento feminino para uma vida livre de violência.<sup>(10)</sup> Assim sendo, participaram desse estudo nove mulheres maiores de 18 anos que têm ou tiveram vínculo institucional em cargos de gestão ou na condição de associada do Coletivo de Mulheres do Calafate. Adotou-se como critério de exclusão elas não estarem bem emocional e psicologicamente para falar com a entrevistadora. O processo de aproximação com as colaboradoras aconteceu a partir da inserção das pesquisadoras em atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas ao longo dos anos de parcerias entre a universidade e o Coletivo de Mulheres do Calafate.

A coleta de dados aconteceu no período de setembro a novembro de 2020, via aplicativos de comunicação virtual, foi utilizada a técnica da entrevista guiada pela questão norteadora: "Como o CMC atua para o enfrentamento da violência contra a mulher?". As

entrevistas foram gravadas com o auxílio de aplicativos digitais armazenadas em banco de dados virtual e posteriormente transcritas. As falas foram sistematizadas por meio da Análise de Discurso de Bardin, técnica que agrupa o texto em categorias e organizadas com base no método da História Oral Temática, que possibilitou descrever, de forma singular e pessoal, o processo de atuação do CMC no enfrentamento da violência.<sup>(10-11)</sup>

Ressalta-se que em virtude da pandemia do novo coronavírus, a fim de respeitar as orientações de prevenção da infecção, utilizamos a via eletrônica para o convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual consta os objetivos do estudo, os riscos e benefícios da participação na pesquisa e a confidencialidade das informações. Essa pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos sob o parecer de n. 094588/2020.

## RESULTADOS

As 12 colaboradoras possuem idades entre 28 a 48 anos, se autodeclararam negras (9), pardas (2) e branca (1), casadas (2) ou em união estável (7) e com escolaridade diversificada: ensino superior completo (3), ensino superior incompleto (2), ensino médio completo (5), ensino médio incompleto (1) e ensino fundamental incompleto (1). Em relação à atuação profissional, a maioria não tem emprego fixo ou ocupam cargos de baixa remuneração: trabalhos informais sem carteira assinada (1), desempregada (9), cuidadora de idosos (1) e empregada doméstica (1).

O estudo descreve a atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da Violência Contra a Mulher, que é exemplificado a partir da figura 1.



**Figura 1.** Atuação do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência contra as mulheres, 2021.

Com base na oralidade das mulheres entrevistadas emergiram as seguintes categorias:

### **Espaço para escuta às mulheres**

O Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC) é descrito enquanto ambiente acolhedor às mulheres com história de violência doméstica. Partindo da sua própria vivência, as integrantes do Coletivo, que também experienciaram abusos conjugais, exercitam a empatia e mostram-se dispostas a praticar uma escuta sensível e o suporte social como forma de apoio às outras mulheres da comunidade.

*No momento difícil, que eu queria companhia para desabafar, eu me sentava com as meninas porque a minha família só sabe criticar. No Coletivo, sei que tenho uma companheira para me abraçar a qualquer hora. [...] a maioria das mulheres que faz parte da coordenação do coletivo sofreu violência, então a gente se entende e ninguém solta a mão de ninguém!*

(WINNIE MANDELA)

*O Coletivo de Mulheres do Calafate para mim é uma ONG que acolhe as mulheres que sofrem a violência doméstica e conjugal. [...] lá me acolheram, me deram palavras de conforto e conselhos, me escutaram. (BELL HOOKS)*

### **Espaço para compartilhar vivências de mulheres**

Os relatos das colaboradoras descrevem o CMC como espaço que oportuniza às mulheres a troca de experiências de vida, inclusive acerca da vivência de violência na conjugalidade. O incentivo ao compartilhamento de relatos, seja através de rodas de conversa ou oficinas, emerge como resultado dos laços de confiança e solidariedade estabelecidos nos grupos e no Coletivo.

*No Coletivo, a gente tinha roda de conversa para falar sobre a violência, para falar da nossa vida e compartilhar as situações que a gente vivia. A gente se abria, falava algo pessoal, uma escutava a outra. Se houvesse algum caso de violência, uma estava ali para dar apoio à outra. [...] o Coletivo é como se fosse uma família porque me acolheu no momento que eu*

*mais precisei (MARIA DINIZ)*

*As rodas de conversa que aconteciam no Coletivo eram construídas por companheiras do Calafate, pela Escola de Enfermagem da UFBA e também por psicólogas. Para mim foi uma experiência muito boa, era um espaço em que eu me sentia acolhida, onde eu poderia desabafar. Conversávamos sobre coisas que aconteciam em nossas vidas, sobre a família, a gente se sentia à vontade para falar. (WINNIE MANDELA)*

### **Espaço para articulação com os serviços de referência**

O CMC atua ainda enquanto articulador no âmbito da Rede de Atenção ao Enfrentamento da violência contra as mulheres de Salvador. Essa atividade se dava por meio de visitas técnicas a diversos serviços de referência e da participação ativa nas reuniões do Fórum de Combate à Violência. Esta vinculação se mostrou favorável para que as integrantes do CMC, bem como algumas moradoras da comunidade, pudessem conhecer os serviços de referência no atendimento às mulheres em situação de violência, o que favorece o preparo para a realização de encaminhamentos, quando necessário.

*Foi através do coletivo que comecei a participar das reuniões da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência e conheci os serviços que enfrentam a violência: o Loreta Valadares (Centro de Referência), a delegacia da mulher, a casa de acolhimento e a defensoria pública (JACINTA MARTA)*

*[...] conheci o Loreta, a delegacia da mulher. Teve um tempo que a gente fazia visita na delegacia para saber como era o atendimento. (MARIA DINIZ)*

### **Espaço para encaminhamento e/ou acompanhamento de mulheres nos serviços**

A orientação quanto aos serviços de apoio também emergiu das falas como uma forma de atuação do CMC no fornecimento de suporte social às mulheres da comunidade. Chama atenção para o compromisso das integrantes no acompanhamento das mulheres na busca por suporte institucional.

*No Coletivo, que fui orientada a dar queixa do pai do meu filho. Me encaminharam para a DEAM e o Loreta Valadares. O Coletivo faz tudo certinho: encaminha, dá o endereço e até vai com você! (BELL HOOCKS)*

*O principal serviço era o acompanhamento das mulheres à DEAM, ao centro de referência e a defensoria. Também era muito comum o acompanhar, porque uma coisa era chegar lá sozinha e outra coisa é chegar lá acompanhada de uma representante do CMC. (LIGIA MARGARIDA)*

## DISCUSSÃO

O estudo revela que, para o enfrentamento da VCM, o CMC atua oportunizando espaço de escuta para as mulheres, as quais têm a necessidade de buscar às integrantes para compartilhar vivências e sentimentos. O espaço de escuta, que ocorre de forma dinâmica e não institucional, conforme mencionado pelas participantes, refere-se a um momento de acolhimento às demandas emocionais e caracteriza-se enquanto uma ocasião favorável para o estabelecimento do vínculo e construção de uma relação de confiança. Por meio dessa vinculação, ao verbalizarem as violências sofridas, as mulheres buscam suporte que as ampare e proteja.

Vale destacar que a atuação do CMC vai se estruturando a partir do fazer cotidiano, apoiada na intuição do que deu certo. E é assim, considerando o empirismo envolto na sua prática, que o CMC vai organizando o espaço e atendendo as demandas apresentadas pelas mulheres.

Estudos apontam que verbalizar sobre a violência se constitui enquanto estratégia terapêutica, que viabiliza o autoconhecimento.<sup>(12)</sup> O espaço que promove a fala favorece a escuta de si e dos outros, o ambiente sem ruídos pode promover o acesso das mulheres as suas intimidades, pensamentos, desejos, medos, possibilita a escuta do “coração”. Nessa perspectiva, a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres estimula a promoção de espaços de escuta ativa e acolhimento para os atendimentos às mulheres em situação de violência, a exemplo daqueles realizados no âmbito da Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde.<sup>(13)</sup> Importante pontuar que espaços que promovem a fala favorecem a escuta de si e dos outros, sobretudo quando em um ambiente sem ruídos, com potencial de possibilitar o acesso das mulheres às suas intimidades, pensamentos, desejos, medos e à escuta do “coração”.

Assim, no contexto em que o CMC se apresenta, o suporte oferecido por meio dessa escuta acolhedora e sem julgamentos é designado enquanto rede social de natureza primária. Essa estrutura se constitui a partir das relações interpessoais existentes entre os que compartilham de uma mesma realidade e se amparam na coletividade para a elaboração de estratégias de enfrentamento à violência em seu cotidiano.<sup>(14)</sup>

Com isso, tais relações vêm acompanhadas de um sentimento de pertença e identificação com o problema compartilhado, muitas vezes não sanados pela rede social institucional prevista no documento da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de

Violência. Essa realidade reverbera na percepção dos espaços da comunidade enquanto um vínculo forte dentro da rede social de apoio das mulheres inseridas em um contexto violento.<sup>(15)</sup> Saber exatamente do que a outra fala, por já ter vivido algo igual ou parecido, confere as mulheres participantes credibilidade ao se posicionarem, pois elas sabem exatamente do que falam, elas têm conhecimento de causa. Dessa forma, o discurso além de prático é também teórico, pois naquele espaço elas vão construindo teorias, alimentando a consciência política feminista.

Ao buscarem suporte no CMC, as mulheres podem também contar com encontros grupais realizados sob a forma de rodas de conversa ou oficinas. Estes momentos, que também fazem parte da atuação do coletivo para o enfrentamento da VCM, revelam a reciprocidade imbricada no acolhimento às mulheres que vivenciam o agravo, pois compartilham de experiências semelhantes, o que leva ao reconhecimento da sua própria vivência na fala da outra e estimula a participação das envolvidas, estabelecendo trocas de ideias.

A metafísica do olhar pode ser considerada nas rodas de conversa do CMC. O mimetismo, a imitação do olhar do outro é importante para construção do eu, o olhar do visível e do invisível são aspectos a serem considerados nos momentos de troca do CMC. As mulheres podem não vê determinadas situações que vivenciam, mas ao serem apresentadas e faladas por outras elas podem reconhecer ali as suas histórias, como um espelho.<sup>(16)</sup>

Aprender com a vivência de outra, avaliar a aplicabilidade pessoal das respostas dadas por outras pessoas, reconhecer a variedade de recursos que podem ser lançados para sanar uma situação de conflito enfrentada são algumas das potencialidades encontradas nas oficinas e rodas de conversas. Deste modo, as mulheres se instrumentalizam e fortalecem em espaços de troca. Nesse contexto, outros estudos também mostram que as oficinas e/ou terapias grupais são uma importante fonte de enfrentamento não somente às violências, mas também a questões que envolvem a saúde física e mental.<sup>(17)</sup>

Nesse ínterim, desponta-se ainda para o exercício da sororidade, termo atual, que consiste em uma experiência subjetiva e na relação de união entre as mulheres com a finalidade de eliminar todas as formas de opressão entre elas. A sororidade está relacionada às dimensões ética, política e prática do feminismo, seguindo um movimento de conscientização sobre o que é uma cultura patriarcal expressa nas violências contra as mulheres e nas relações de solidariedade entre elas.<sup>(18)</sup> O CMC, por meio dos espaços de rodas de conversas ou oficinas, tenta evidenciar o sentido de sororidade através da busca pelo rompimento com o

discurso patriarcal e a violência contra as mulheres, sendo esta, uma luta coletiva.

Inicialmente, esses encontros eram realizados no *afã* do cotidiano violento no qual as integrantes do CMC estavam inseridas, pois o enfoque das reuniões pautava-se na externalização do sofrimento. No caminhar desses grupos, surge a necessidade de busca por uma compreensão da realidade vivida e elaboração de estratégias para o enfrentamento do problema, o que exigiu uma postura autodidata na busca por soluções. Este comportamento se assemelha a outros grupos feministas dos anos 80, que se reuniam à época para explorar possibilidades de mudanças na sociedade estruturada por princípios majoritariamente patriarcais e danosos às mulheres.<sup>(19)</sup> Interessante contextualizar que o amadorismo inicial dessas mulheres pretas e pobres foi suplantado diante da vontade de mobilização pessoal e coletiva para mudar o cenário da vida. À medida que as demandas vão sendo reconhecidas, durante os encontros, elas vão remodelando o CMC e buscando paulatinamente novas articulações que subsidiem as pautas.

Essa conjuntura de discussões atrelada às demandas que surgiam nos encontros fez com que o CMC buscasse parcerias para ampliar o leque de mecanismos de atuação do grupo para o enfrentamento da VC. Assim, parcerias com universidades e serviços dão início a uma nova fase de construção coletiva, a partir de um suporte técnico para o fortalecimento do grupo em *prol* do empoderamento feminino. Nesse ínterim, cabe ressaltar, ainda, a importância para a universidade de estar inserida nesta comunidade, uma vez que esta articulação viabiliza uma formação profissional diferenciada, sensível às questões da VC e seu enfrentamento, ao tempo em que favorece um melhor entendimento das mulheres integrantes do coletivo acerca dos serviços disponíveis na rede.<sup>(20)</sup>

Uma vez compreendido esse cenário, o CMC atua mapeando os serviços que compõem a Rede, levantando uma série de informações que viabilizam os encaminhamentos conforme demandas identificadas em seu acolhimento. Esse mapeamento foi realizado *in loco* pelas integrantes, que buscavam conhecer o funcionamento das diferentes instituições a partir de conversas com os profissionais e entender se, na prática, os seus direitos estavam sendo assegurados conforme previstos na política de enfrentamento.<sup>(13)</sup>

O apoio do CMC nesse mapeamento minimiza, em muito, a peregrinação das mulheres pelos serviços. Estarem em duplas ou em maior número otimiza o tempo e por conseguinte o sofrimento na busca pela resolutividade e atendimento das demandas apresentadas, pois uma vai mostrando o caminho, direcionando a outra a partir de experiências similares que vivenciaram, das trajetórias, as vezes, parecidas.

As integrantes do CMC passam a acompanhar umas às outras nas idas aos serviços, sendo esta atitude de solidariedade e segurança, como também parte do processo de monitorar a garantia dos seus direitos. Esse acompanhar permite que evidenciem para a Rede que não estão só: elas são integrantes de um CMC e estão ali amparadas. Isso faz com que transitem com autoconfiança, pois sabem que têm a parceria de luta ao lado.

Este exercício do controle social, que confere sensação de segurança frente ao medo do atendimento inadequado nos serviços, também ganha força a partir da inserção do CMC em reuniões do Grupo de Trabalho (GT) da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência. Este GT, formado por serviços que compõem a Rede, organizações da sociedade civil e organismos governamentais, têm mais de doze anos de atuação e é fundamental para a ampliação ao acesso e a qualidade do atendimento prestado às mulheres em situação de violência na cidade de Salvador.<sup>(21)</sup> Assim, o GT da Rede configura-se também enquanto instrumento facilitador para os encaminhamentos das mulheres ao atendimento especializado, o que contribuiu para a realização de denúncias.<sup>(22)</sup>

O estudo, a partir da oralidade das colaboradoras, possibilita um avanço no sentido de dar visibilidade às organizações sociais feministas, desvelando a forma como estas se articulam e se engajam para o enfrentamento da violência contra a mulher. Toda a mobilização do CMC em *prol* da melhoria da qualidade de vida das mulheres imersas em contextos de violência revela a sua importância para o enfrentamento deste agravo tão danoso. Estudo demonstra o quão é essencial a ação de organizações sociais no sentido de apoiar as mulheres em situação de violência, seja para o rompimento com as relações desrespeitosas, assim como no processo de reestruturação social, necessária para a sua subsistência.<sup>(23)</sup> Nesse processo, desponta-se para a importância da criação desses espaços na comunidade que atuem enquanto agentes de empoderamento feminino para o rompimento de relações conjugais pautadas no desrespeito e na violência.

## CONCLUSÃO

O Coletivo de Mulheres do Calafate atua no enfrentamento à violência contra a mulher promovendo espaços de escuta entre seus pares de forma a acolher as suas demandas. Esses momentos, também acontecem de forma coletiva, em que há um compartilhamento de experiências de forma empática, favorecendo, enquanto rede social, o levantamento de estratégias para solução dos problemas atrelados ao agravo.

Outrossim, o CMC atua a partir articulação com os serviços da rede de enfrentamento

à violência tanto na perspectiva de compreender seu funcionamento para melhor direcionar às mulheres, quanto desenvolvendo o controle social. Com isso, o coletivo consegue encorajar, encaminhar e acompanhar as mulheres, quando estas decidem procurar por um serviço especializado.

Considera-se de suma importância as ações desenvolvidas pelo Coletivo de Mulheres do Calafate, pois estas auxiliam a tomada de decisão das mulheres a partir do fortalecimento individual. Enquanto experiência exitosa, o estudo oferece subsídios para o direcionamento por parte de outras organizações sociais que atuam ou pretendam atuar para o enfrentamento da problemática da VCM.

## REFERÊNCIAS

1. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre a Eliminação de Todas as s Formas de Discriminação contra a Mulher [Internet]; 1979 [cited 2021 Mar 02]. Available from: [http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wpcontent/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf)
2. Organização dos Estados Americanos. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará". In: Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos [Internet]. Belém; 1994 [cited 2021 Mar 02]. Available from: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convencaobelem1994.pdf>
3. Organização das Nações Unidas. Relatório sobre “Assassinato de gênero de mulheres e meninas” [Internet]; 2018 [cited 2021 Mar 02]. Available from: <https://catracalivre.com.br/cidadania/onu-137-mulheres-sao-mortas-por-conhecidos-a-cada-dia-no-mundo/>
4. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência [Internet]; 2020 [cited 2021 Mar 02]. Available from: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>
5. Brasil. Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos [Internet]. Brasília; 2015 [cited 2021 Mar 02]. Available from: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm#:~:text=Altera%20o%20art.,no%20rol%20dos%20crimes%20hediondos.)
6. Silva MCAV, Lemos PM. Domestic violence in contemporaneity: about ways of expression of female psychic suffering. Brazilian Journal of Develoment. 2020; 6(5):32369-32377. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n5-617>

7. Rios AMFM, Magalhães PVF, Telles LEB. Violência contra as mulheres: Femicídio. *Revista Debates in Psychiatry*. 2019. <http://dx.doi.org/10.25118/2236-918X-9-2-4>
8. Bandeira LM. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. *Sociedade e Estado*. 2014; 29(2):449-469. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922014000200008>
9. Gomes NP, Diniz NMF, Reis LA, Erdmann AL. The social network for confronting conjugal violence: representations of women who experience this health issue. *Texto contexto - enferm*. 2015; 24(2):316-324. <https://doi.org/10.1590/0104-07072015002140012>.
10. Meihy JCSB. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. *Revista de História*. 2006; (155):191-203. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v0i155p191-203>
11. Silva AH, Fossá MIT. Análise de Conteúdo: Exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica* [Internet]. 2015 [cited 2021 Mar 08]; 17(1). Available from: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>
12. Jacinto RLS, Salles MAM. A importância da fala no processo terapêutico na abordagem fenomenológica daseinsanalítica. *Rev. Bras. Psico. e Educ.* 2020; 22 (esp. 1):315-328. <https://doi.org/10.30715/doxa.v22iesp.1.14136>
13. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres [Internet]. Brasília; 2011 [cited 2021 Mar 08]. Available from: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>
14. França MS, Lopes MVO, Frazão CMFQ, Guedes TG, Linhares FMP, Pontes CM. Características da rede social de apoio ineficaz: revisão integrativa. *Rev. Gaúcha Enferm*. 2018; 39:e20170303. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2018.20170303>
15. Netto LA, Moura MAV, Araujo CLF, Souza MHN, Silva GF. As redes sociais de apoio às mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo. *Texto contexto - enferm*. 2017; 26(2):e07120015. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017007120015>.
16. Ribeiro PC. A metafísica do olhar: breve interlocução com Sartre, Merleau-Ponty e Lacan. *Ágora (Rio J.)*. 2012; 15(2):289-299. <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-1498201200020000>
17. Oliveira MT, Ferigato SH. A atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar: a construção de tecnologias de cuidado da terapia ocupacional na atenção básica em saúde. *Cad. Bras. Ter. Ocup.* 2019; 27(3):508-521. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoao1729>.
18. Garcia DA, Sousa LMA. A sororidade no ciberespaço: laços feministas em militância. *Revista Estudos Linguísticos* [Internet]. 2015 [cited 2021 Mar 08]; 44(3):991-1088. Available from: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1032/613>

19. Gregori J. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. *Caderno Espaço Feminino* [Internet]. 2017 [cited 2021 Mar 08]; 30(2):1981-3082. <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38949>
20. Silva PLN, Almeida SG, Martins AG, Gamba MA, Alves ECS, Silva Junior RF. Práticas educativas sobre violência contra a mulher na formação de universitários. *Rev. Bioét.* 2016; 24(2):276-285. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422016242128>.
21. Santos CR. Movimento social no enfrentamento da violência contra a mulher: A experiência de um grupo de trabalho em Salvador e Região Metropolitana/BA. *Revista Feminismos* [Internet]. 2016 [cited 2021 Mar 08]; 4(1):141-155. Available from: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30211/17841>
22. Ribeiro EM, Pinto Júnior WO. Gestão social e governança em rede de políticas públicas no Brasil: Coproduzindo uma Tecnologia em Gestão Social com o Coletivo de Mulheres do Bairro do Calafate. – Salvador – Bahia – Brasil. VIII Congreso Internacional en Gobierno, Administracion y Politicas Publicas [Internet]. Madrid; 2017 [cited 2021 Mar 08]. Available from: <http://www.gigapp.org/index.php/mis-publicaciones-gigapp/publication/show/2985>
23. Souza MB, Silva MFS. Estratégias de enfrentamento de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura brasileira. *Pensando fam.* [Internet]. 2019; 23(1):153-166. Available from: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679494X2019000100012&lng=pt&nrm=iso)

## 4.2 ARTIGO 2

**CONTRIBUIÇÃO DO COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE PARA O  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL**

**CONTRIBUCIÓN DEL COLECTIVO DE MUJERES DE CALAFATE PARA  
ENFRENTAR LA VIOLENCIA CONJUGAL**

**CONTRIBUTION OF THE COLLECTIVE OF WOMEN FROM CALAFATE TO  
FACING CONJUGAL VIOLENCE**

**Manuscrito submetido à Escola Anna Nery- Revista de Enfermagem\***

**RESUMO**

Objetivo: descrever as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da violência conjugal. Método: pesquisa descritiva de abordagem qualitativa ancorada nos pressupostos da História Oral Temática. Realizada através de entrevistas guiada por um roteiro semiestruturado com nove mulheres associadas ou que integraram a gestão do Coletivo de Mulheres do Calafate, localizada em Salvador, Bahia, Brasil. Os dados foram sistematizados por meio da Análise de Discurso de Bardin. A pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos. Resultado: as contribuições foram organizadas nas seguintes categorias: Compreensão acerca da violência conjugal, reconhecimento da vivência de violência, empoderamento feminino e rompimento da violência conjugal. Conclusões e implicações para a prática: Os achados apontam que a forma de fazer popular tem se revelado uma estratégia exitosa tanto no âmbito individual, bem como para a coletividade. Nesse sentido, podem nortear ações no âmbito comunitário para enfrentamento da violência contra a mulher.

Descritores: Violência contra a mulher; Redes Comunitárias; Organizações; Empoderamento; Apoio Social

Keywords: Violence Against Women; Community Networks; Organizations; Empowerment; Social Support

Palabras clave: Violencia contra la Mujer; Redes Comunitarias; Organizaciones; Empoderamiento; Apoyo Social

**Introdução**

A violência contra a mulher (VCM), historicamente encontra-se alicerçada nas relações desiguais de gênero atreladas aos padrões do sistema patriarcal. Essa realidade, vivenciada por mulheres no mundo todo, vem comprometendo a vida e saúde das vítimas, o que demanda um engajamento coletivo para o fortalecimento da mulher na sociedade e o enfrentamento da problemática...

No contexto social, diante das amarras do sistema patriarcal, é normatizado que homens e mulheres assumam diferentes papéis dentro do relacionamento conjugal. Esses são amplamente discutidos na literatura e revelam-se enquanto mantenedores das mulheres em posição de inferioridade e submissão em relação ao homem, provedor e, assim, líder do núcleo familiar. É comum que esse papel seja ocupado, inicialmente pelo pai e, posteriormente, na sua vida adulta, seja transferido para o cônjuge, perpetuando a ideia da mulher dependente da figura masculina para validar suas ações e comportamentos, mesmo no que diz respeito à sua vida íntima.<sup>1-2</sup>

Inseridas nessa realidade opressora, que naturaliza a subserviência feminina dentro dos relacionamentos, as mulheres em vivência de violência conjugal encontram entraves para romper com esse cenário. Essas dificuldades guardam relação com fatores elementares para o enfrentamento do problema, como o fato da mulher identificar que situações desrespeitosas experienciadas no seu cotidiano são, na verdade, expressões da violência. Ademais, mesmo quando se identificam nessa situação, as mulheres precisam lidar com o julgamento social, o estigma da “mulher separada” e, em muitos casos, as ameaças contra a sua vida e dos familiares, proferidas pelo agressor.<sup>3</sup> Diante dessas circunstâncias as vítimas podem se sentir intimidadas e desencorajadas a denunciar e/ou sustentar a decisão de enfrentamento.

Situações como estas justificam o fato das mulheres permanecerem com os agressores por, pelo menos, três anos, apesar do registro de mais de uma queixa. Contudo, a permanência no ciclo de violência tende a provocar impactos na saúde física e psicológica, como também resultar no feminicídio.<sup>4-5</sup>

Diante desse cenário, tornam-se fundamentais dispositivos legais que salvaguardem a vida das mulheres. A respeito disso, no Brasil, desde 2006, foi implementada a Lei nº 11.340, a qual vem criando mecanismos para a redução dos casos de violência doméstica e familiar. Já a nível internacional, sabe-se que até 2013, 17 dos 21 países que compõem a América

Latina já tinham leis no sentido do enfrentamento da violência doméstica e conjugal. Grande parte desses países tiveram influência direta na Convenção de Belém do Pará em 1990 e acabaram por modificar, atualizar e desenvolver novas leis relacionadas à proteção da vida das mulheres.<sup>6</sup> Atualmente essas “ordens de proteção” são chamadas de leis de “Anti-Violência contra Mulheres e suas Crianças”.<sup>7</sup>

Somado a isso, tem-se as ações de caráter governamental e social, as quais são elaboradas para favorecer a vinculação de mulheres com espaços de acolhimento e orientação em prol do seu fortalecimento. A exemplo disso, é possível citar o Centro de Referência Loreta Valadares (CRLV), uma iniciativa do governo baiano para disponibilizar às mulheres em situação de violência assistência em demandas de cunho jurídico, social e psicológico, além de oferecer suporte pedagógico às crianças inseridas nesse contexto violento.<sup>8</sup> Já na seara das ações sociais, têm-se associações de cunho comunitário, como o Coletivo de Mulheres do Calafate (CMC), as quais contam com o benefício da proximidade geográfica com o contexto de vida das vítimas para estabelecerem uma vinculação e as auxiliarem no enfrentamento da problemática.

O CMC foi criado em 08 de outubro de 1992, por oito mulheres da comunidade do Calafate indignadas pelos casos de violência doméstica e pela situação de subordinação que viviam as mulheres da comunidade. Desde então, vem atuando fortemente nas frentes de luta relativas ao enfrentamento à violência contra às mulheres; à saúde, e aos direitos sexuais e reprodutivos, bem como da economia solidária.<sup>9</sup> No ano de 2021, o CMC completa 29 anos de resistência e luta pela garantia dos direitos e do empoderamento comunitário.

Assim, reconhecendo a relevância do CMC enquanto apoio social ao qual as mulheres em situação de violência recorrem para buscar apoio no enfrentamento da violência sofrida, tem-se como pergunta de pesquisa “Quais as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate para o enfrentamento da violência conjugal?”. Assim, torna-se relevante dar-lhes voz

para compreender a maneira como essa associação vem participando das mudanças ocorridas em suas vidas. Esse conhecimento poderá contribuir com a visibilidade acerca da relevância social desse tipo de organização e, conjuntamente, o seu reconhecimento enquanto integrante da rede comunitária de enfrentamento da violência contra as mulheres. Dessa forma, delineia-se como objetivo descrever as contribuições do CMC para o enfrentamento da VC.

### **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, cuja metodologia está ancorada nos pressupostos da História Oral Temática. Este método possibilita dar voz e vez ao relato das pessoas entrevistadas sobre experiências em suas vidas, de maneira a captar elementos relevantes dos seus testemunhos orais.<sup>10</sup> No caso do presente estudo tornou-se possível o aprofundamento do conhecimento acerca do Coletivo de Mulheres do Calafate a partir das percepções de mulheres associadas ou que integraram a gestão.

O cenário do estudo foi o Coletivo de Mulheres do Calafate, o qual compreende uma associação de mulheres da comunidade do Calafate localizada em Salvador, Bahia, Brasil, com fins no enfrentamento à violência doméstica. A região em que o CMC está localizado apresenta altos índices de violência, incluindo a doméstica, de maneira que as moradoras estão vulneráveis à vivência dessa problemática, o que justifica a escolha intencional por tal locus. A aproximação com o mesmo se deu através da realização prévia de atividades de ensino, pesquisa e extensão pelas pesquisadoras, estabelecendo uma relação entre elas e as mulheres que integram o CMC e permitiu convidá-las a integrar a pesquisa.

Aplicados os critérios de inclusão de ter idade igual ou superior a 18 anos e ser/ter sido integrante do CMC e excluídas as mulheres que apresentavam estado emocional, psicológico e/ou cognitivo comprometido, foi composto um grupo de nove mulheres participantes da pesquisa. Estas participaram de uma entrevista individual realizada entre os

meses de setembro e novembro de 2020 (período em que ocorreu a coleta dos dados), a qual foi guiada por um roteiro semiestruturado contendo questões objetivas visando à caracterização socioeconômica das mulheres, e subjetivas, norteadas pela seguinte indagação: “Quais as contribuições do CMC no enfrentamento à violência conjugal?”.

Esses encontros, que tiveram duração média de 40 minutos, ocorreram mediados por Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tendo em vista o contexto de distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19, sendo seu conteúdo gravado com auxílio de um gravador portátil e, posteriormente, transcrito integralmente. De maneira a assegurar a fidedignidade do material transcrito, este processo foi realizado por graduandas que participaram de treinamento prévio e, posteriormente, validado pelas pesquisadoras responsáveis pela pesquisa, as quais possuem experiência com a técnica de coleta e expertise do referencial metodológico. Finalizada essa etapa, as falas das participantes passaram por processo de transcrição e, por fim, foram sistematizadas por meio da Análise de Discurso de Bardin, técnica que desmembra o texto em categorias agrupadas analogicamente,<sup>11-12</sup> desvelando uma sequência temporal de acontecimentos que envolvem desde a compreensão acerca da violência, o reconhecimento da mesma, o empoderamento e por fim, o rompimento da violência conjugal.

Ressalta-se que o convite e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assim como a entrevista, se deu por via eletrônica, sendo também esclarecidas dúvidas via contato telefônico, disponibilizado no referido termo. Neste constavam informações a respeito dos objetivos do estudo, dos riscos e benefícios da pesquisa e sobre a confidencialidade da mesma, de modo que as colaboradoras escolheram um codinome referente a uma mulher que sente admiração e tem como referência para a vida. Essa pesquisa foi devidamente aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos sob o parecer de n. 094588/2020.

## Resultados

Este estudo apresentou como participantes 12 mulheres com a idade entre 28 e 48 anos, com predominância de negras (9 pretas, 2 pardas e 1 branca), casadas (4) ou em união estável (5) e possuindo ensino médio completo (10), sendo algumas com superior completo (3) ou incompleto (2).

A partir dos relatos obtidos foi possível identificar de que forma o CMC avançou no sentido de ajudar as mulheres no enfrentamento das situações de violência que poderiam estar vivenciando no âmbito na conjugalidade (Figura 1).



Figura 1 - Contribuição do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência conjugal. Salvador, 2021.

Fonte: Elaboração própria

As categorias a seguir permitem elucidar as contribuições do CMC para o enfrentamento da VC:

### Compreensão acerca da VCM

As participantes apontam que o CMC contribuiu para o esclarecimento a respeito da

violência conjugal, não apenas com relação às expressões e repercussões, mas sobretudo no que se refere a complexidade que permeia o vivenciar abusos e não conseguir romper com esse ciclo, o que perpassa pela relação assimétrica entre os gêneros. Dessa forma, o Coletivo de Mulheres do Calafate desponta como facilitador para a compreensão do fenômeno, elemento essencial para o enfrentamento da problemática.

*Hoje reconheço que todos os tipos de violência deixam marcas, mas a psicológica deixa marcas para toda vida. No Coletivo, compreendi que a mulher não vive em situação de violência porque quer e não pode ser culpada por sofrer violência (JACINTA MARTA)*

*O Coletivo tem um papel fundamental no despertar da consciência coletiva sobre igualdade de gênero. Foi lá que consegui entender que a violência psicológica desmotiva e enfraquece a mulher para sair da relação abusiva. [...] entendi que o jeito do homem controlar e aprisionar a mulher no relacionamento é humilhando, dizendo que ela é incapaz, não apoiando para o estudo ou emprego (FRIDA KALLO)*

### **-Reconhecimento da vivência de violência**

O estudo revela a importância do CMC para o processo de reconhecer-se em vivência de violência no âmbito da conjugalidade, culturalmente ancorada na subserviência da mulher ao homem. A percepção das situações abusivas vivenciadas nos relacionamentos, elemento fundamental para sair dessa conjuntura, pode ser ilustrada nas seguintes falas:

*Eu vivia violência e não sabia! [...] pensava que era normal ele mandar, me obrigar a fazer as coisas. Com o Coletivo, eu comecei a enxergar (MARIA DINIZ)*

*Sei que muitas das mulheres só abriram os olhos para a violência depois da aproximação com o Coletivo. [...] eu fui uma delas! (WINNIE MANDELA)*

## **Empoderamento feminino**

O estudo desponta ainda para o reconhecimento do CMC enquanto espaço que oportuniza o compartilhar das experiências de vida e a escuta ativa; que promove a ressignificação do ser mulher enquanto sujeito; que incentiva à autonomia emocional; e que instrumentaliza para a independência financeira. Este encorajamento em grupo propiciou o empoderamento das mulheres, o que viabiliza as mudanças de vida necessárias para sair da situação de violência.

*No Coletivo, a mulher encontra um lugar para falar e contar sua história com confiança e sigilo. [...] encontra também outras que passaram pela mesma situação. Assim ela vai se fortalecendo. Essa integração é muito forte! Para possibilitar mais oportunidades de sair do ciclo de violência, o Coletivo oferecia um projeto de customização de roupa que tinha o objetivo de gerar renda e contribuir com a autonomia financeira das mulheres. (LÍGIA MARGARIDA)*

*O coletivo dá oportunidades de se conhecer como mulher, para além da dona de casa; de refletir nossa criação e não aceitar a posição de submissão da mulher; de se qualificar para o mercado de trabalho. [...] nele, você tem a sensação de pertencimento a um grupo que te fortalece. É o incentivo que precisamos para mudar de vida! (FRIDA KALLO)*

## **Rompimento da violência conjugal**

Os relatos apontam o CMC enquanto espaço comunitário de suporte às mulheres para lidar com as questões que envolvem sua permanência na relação de violência, a exemplo da dependência emocional e financeira. Nele, as mulheres, com outras mulheres, se dão conta de que podem não aceitar a relação abusiva, aprendem a como se libertar dela e conseguem traçar caminhos para uma vida conjugal livre de violência, o que não necessariamente requer

a separação.

*Mesmo depois que reconheci que vivia uma vida de violência, eu tinha muito medo da separação e não conseguia sair da relação por gostar, por precisar. [...] fui aprendendo e resolvi: essa vida não dá pra mim! Graças a Deus saí e hoje estou bem! (LOUISA HUBER)*

*As mulheres do Calafate de alguma forma começaram a se unir e abrir a boca para dizer “NÃO” à violência que sofriam! [...] mesmo continuando no relacionamento, não sou a mesma pessoa submissa ao marido. Minha mãe iria me dizer: hoje você tem liberdade!*

*(WINNIE MANDELA)*

## **Discussão**

A oralidade de mulheres assistidas e/ou integrantes da gestão do CMC revela as contribuições desta associação para o enfrentamento da violência contra a mulher (VCM) à medida que favorece a compreensão acerca do fenômeno. Esse entendimento perpassa pelo reconhecimento das expressões da violência, para além das agressões físicas, trazendo à tona uma gama de possibilidades, inclusive àquelas que não deixam marcas visíveis, muitas vezes não percebidas como tal.

Essa contribuição do Coletivo se configura enquanto um ganho para o enfrentamento, pois rotineiramente as demais violências são menos identificadas por não deixarem marcas aparentes.<sup>13</sup> Entendendo este cenário de invisibilidade, em momento da criação da Lei 11.340/06 houve a tipificação das formas da violência, podendo esta ser expressa desde a forma física como também sexual, patrimonial, moral e psicológica.<sup>14</sup>

É mister destacar que o processo de compreensão sobre a agressão vivenciada é singular e subjetivo, uma vez que as mulheres possuem dificuldade de se verem inseridas no emaranhado que envolve uma relação violenta. A dificuldade de percepção dessas mulheres perpassa pela imersão em um contexto desigual de gênero, o qual naturaliza violações

perpetradas a elas, desde as mais sutis até as mais graves, ao passo que reafirma a supremacia masculina fazendo com que as mulheres se prendam a esse contexto e ainda se sintam culpadas pela violência sofrida, além de incapazes não vislumbrando possibilidades de saída, como através dos estudos e do trabalho.<sup>15-16</sup>

Isto posto, espaços como o CMC são necessários para oportunizar reflexões, aprendizados e construções coletivas de maneira contínua. O ambiente respeitoso também é uma marca desse coletivo que compreende a temporalidade individual ao tempo em que reconhece que existem necessidades particulares diante de um mesmo evento estressor. Com isso, algumas têm facilidade para compreender a vivência, embora outras podem passar anos para identificar o agravo que as atravessa, em virtude da naturalização desse fenômeno.<sup>17</sup>

Assim, o CMC fomenta chances para que as mulheres se confrontem com o vivido e, em momentos variados, possam reformular teorias individuais a respeito, adotando posturas de resposta. Nesse sentido, emerge enquanto espaço que possibilita o reconhecimento da vivência de violência. Estudo nacional com amostra composta de 38 mulheres atendidas em Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de nove profissionais identificou que espaços apropriados, com características familiar e acolhedora, oportuniza coragem que proporciona segurança para o alcance de ressignificação interna das mesmas, retirando-a de um estado de inércia e submissão, o que favorece a ruptura com o cenário de violência.<sup>18</sup>

Outrossim, entende-se que este processo de auto-percepção traz uma série de repercussões para a vida dessa mulher, uma vez que pode desvelar outras conjunturas complicadoras. A vivência da violência produz impactos em todo o contexto social, afetivo e de saúde da mulher, ocasionando marcas visíveis e invisíveis.<sup>13</sup> É importante salientar que o processo de olhar para si, de revisitar situações de conflito e descobrir a agressão que vivencia produz respostas, sendo uma delas o sofrimento. A este respeito estudo nacional realizado pelo Centro Especializado de Atendimento a Mulheres em situação de violência sexual,

localizado em Curitiba, região Sul do Brasil, também evidenciou intenso sofrimento psíquico expresso pelo medo da violência ocorrer novamente.<sup>19</sup>

Diante um cotidiano de violência, as mulheres podem permanecer na relação abusiva, adoecendo psicologicamente, ou agir no intuito de não aceitar a condição violenta. Dessa forma, a atenção aos sinais de comprometimento psicológico é uma possibilidade de ação dessa parceria entre o CMC e as mulheres, sobretudo por serem âncoras no processo de encaminhamento a serviços de referência.

A articulação entre o CMC e os serviços de referência para a VCM é uma forma de buscar o fortalecimento das mulheres e do coletivo. A percepção das necessidades, o acolhimento das dúvidas, questionamentos e as orientações sobre o serviço são passos importantes para promoção do cuidado às mulheres.

Com isso, o CMC contribui para consolidação do sujeito feminino, sendo este expresso a partir das mudanças de comportamento das mulheres, as quais, antes silenciadas e reprimidas, agora adotam postura mais seguras, fazendo o uso da fala para compartilhar experiências e conhecimentos adquiridos na jornada de luta coletiva. Postura semelhante é percebida em estudo realizado no Rio de Janeiro, Brasil, no qual mulheres antes recatadas e contidas em seus movimentos corporais após processo de reconhecimento de si e empoderamento são vistas mais “soltas”.<sup>20</sup>

Outro fator que corrobora para o empoderamento está na potencialização dos espaços que promovem a autonomia financeira feminina. A dificuldade financeira se constitui em um dos desafios enfrentados pelas mulheres para rompimento do ciclo violento, pois muitas ainda dependem dos cônjuges para o seu sustento e da família.<sup>21</sup>

Soma-se a isso, que mesmo quando as mulheres conseguem ser contratadas para desempenhar atividades remuneradas elas não conseguem o mesmo salário ou a mesma valorização que a força de trabalho masculina, uma vez que estes são socialmente

considerados mais aptos ao trabalho externo. Estudo realizado com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelou o cenário de discrepância entre os salários de homens e mulheres, mesmo quando estes possuem as mesmas habilidades produtivas.<sup>22</sup> Tal situação é resultado de uma construção social machista na qual os homens ainda são considerados como mão de obra mais capacitada que as mulheres.

Nesse ínterim, o CMC vem construindo projetos direcionados à capacitação das mulheres para geração de renda, tal qual outros espaços da rede de enfrentamento à violência vêm realizando. Semelhantemente, pode-se citar o programa Recomeçar, iniciado em 2020 pela Secretária de Políticas para as Mulheres no Mato Grosso do Sul, que objetiva facilitar a obtenção de independência financeira e o empreendedorismo para as mulheres.<sup>23</sup> Vale ressaltar o ganho que se tem quando estes projetos são efetivados no seio da comunidade, pois aproximam as mulheres que compõem esse cenário, facilitam a participação em virtude da imediação das suas residências e atendem às especificidades do público ao qual se destinam.<sup>24</sup> Com isso, a autonomia financeira pode proporcionar às mulheres liberdade e poder para prosseguirem suas vidas e assim distanciar-se da violência.

Entendendo que este processo é gradual, particular e requer o respeito ao tempo de cada pessoa, o estudo revela que as ações promovidas pelo CMC fazem com que muitas mulheres se sintam seguras para o rompimento da violência. Vale pontuar que até chegarem a esta decisão muitos são os percalços vivenciados. Por isso, apesar do CMC atuar em uma perspectiva de amparar, fortalecer e subsidiar à mulher para esta quebra do ciclo, a decisão será sempre dela.<sup>25</sup>

Este estudo teve como lacuna a sua realização ter se dado no período da pandemia COVID-19, fato que impossibilitou o contato presencial com as mulheres. A falta do contato cara a cara suscita a sensação de que expressões faciais possam ter sido perdidas, as frases não ditas e diversos aspectos que ficam no campo da subjetividade possam não ter sido captados.

Outra situação que nos interpelou foi a dificuldade de acesso a algumas mulheres do CMC que não tinham acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação, estas não puderam ser incluídas.

### **Conclusão e Implicações para a prática**

O CMC contribui para o enfrentamento da violência contra a mulher no sentido de fomentar a compreensão a respeito desse fenômeno, o que colabora para o reconhecimento da vivência pelas mulheres. Com isso, também possibilita o fortalecimento individual a partir de incentivo à autonomia financeira, estabilidade emocional e empoderamento feminino viabilizando o rompimento do ciclo da violência contra a mulher.

Diante disso, o conhecimento acerca dessas contribuições pode nortear ações no âmbito comunitário para enfrentamento da violência contra a mulher. Esta forma de fazer popular tem se revelado uma estratégia exitosa tanto no âmbito individual, pois colabora para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, bem como para a coletividade, uma vez que pode contribuir para redução dos números de casos de violência na comunidade.

### **Referências**

1. Álvares MLM. Beauvoir, o patriarcado e os mitos nas relações de poder entre homens e mulheres. Rev. NUFEN, 2014; 6(1): 6-14.
2. Morgante MM, Nader MB. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e praticas científicas. 2014
3. Magalhães E. Femicídio e suas interfaces com o patriarcado em tempos de Covid-19. Revista Espaço Acadêmico, 2020; 224.
4. Lima GQ; Werlang BSG. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. Psicol. estud., 2011; 16(4).

5. Miranda MPM; Paula CS; Bordin IA. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Rev Panam Salud Publica*, 2010; 27(4).
6. Urrutia LAB. Violência contra a mulher na América Latina. In: I Seminário Internacional de Ciência Política, Porto Alegre - RS, 2015.
7. Alwis RS, Klugman J. Freedom from Violence and the Law: A Global Perspective in Light of Chinese Domestic Violence Law [Internet], 2015. Faculty Scholarship, 2016 [cited 2021 mar 20]. Disponível: <https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1904&context=jil>
8. Soares JE, Sardenberg CMB. Olhar, ouvir e atender: centro de referência de atenção à mulher Loreta Valadares. *Rev. Feminismo*, 2016; 4(1).
9. Odara, Instituto da mulher negra. Coletivo de Mulheres do Calafate: 25 anos de resistência e luta pelos direitos das mulheres [Internet]. Odara, 2017 [cited 2021 mar 03]. Disponível em: Coletivo de Mulheres do Calafate: 25 anos de resistência e luta pelos direitos das mulheres
10. Ribeiro MC, Machado AL. O uso do método história oral nas pesquisas qualitativas: contribuições para a temática do cuidado em saúde mental. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 2014; 14(2).
11. Silva AH, Fossá MIT. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s Revista Eletrônica*, 2015; 17(1).
12. Bardin, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.
13. Paixao GPN, Pereira A, Gomes NP, Sousa AR, Estrela FM, Silva Filho URP et al. Naturalization, reciprocity and marks of marital violence: male defendants' perceptions. *Rev. Bras. Enferm.*, 2018; 71(1); 178-184
14. Brasil. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Brasília: Diário Oficial da União, 2006
15. Fernandes NC, Natividade CSJ. A naturalização da violência contra a mulher. *Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop.*, 2020; 6(10): 76076-76086.
16. Nunes FD, Willrich NV, Bernardi MLL. A inversão da culpa nos casos de violência contra a mulher: a relativização a serviço da impunidade. In: *Anais Congrega MIC*. Bagé, 2016.
17. Guimarães FL, Diniz GRS. Impactos do livro de uma mulher vítima na vivência de violência conjugal de outras mulheres. *Psicologia clínica e psicanálise*, 2018; 18(1).

18. Carneiro JB, Gomes NP, Campos LM. Da vivência às estratégias de enfrentamento: como mulheres experienciam a violência conjugal. *RevEnf*, 2020.
19. Trigueiro TH, Silva MH, Merighi MAB, Oliveira DM, Jesus MCP. O sofrimento psíquico no cotidiano de mulheres que vivenciaram a violência sexual: estudo fenomenológico. *Esc Anna Nery* 2017;21(3):e20160282.
20. Garcia CAR, Vieira LSM, Santiago MA, Gonçalves HS. Meu corpo me pertence: interfaces entre psicologia, dança e gênero. *Fractal: Revista De Psicologia*, 2019; 31(2), 67-75. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v31i2/5600>
21. Balduino RCP, Zandonadi AC, Oliveira ES. Violência doméstica: fatores implícitos na permanência em situação de sofrimento. *Revista FAROL*, 2017; 3(3): 111-125.
22. Costa MV, Gutierrez CHC, Reis CVS. Diferencial de Salários por Cor e Sexo no Brasil: Uma Análise por Grandes Regiões. *Economia ensaios*, 2020; 35(1). <https://doi.org/10.14393/ REE-v35n1a2020-49476>
23. Projetos e Programas [Internet]. Brasília: Não se cale, 2021 [cited 2021 mar 20]. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/projetos-e-programas/>
24. Gonçalves BD, Saadallah MM, Queiroz IS. Articulando redes, fortalecendo comunidades: intervenção psicossocial e articulação entre universidade, comunidades e políticas públicas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 2015; 10(1).
25. Lazzari KCV, Araújo MP. O ciclo da violência e a memória de dor das mulheres usuárias do CRM/Canoas-RS. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 2018; 12(19).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O referido estudo proporcionou conhecer as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência contra as mulheres. Foi possível também evidenciar os resultados dessa atuação na vida das mulheres participantes do coletivo. O Coletivo foi reconhecido como um espaço de escuta, espaço de compartilhar vivências de violência, espaço de encaminhamento, acompanhamento das mulheres e espaço de articulação em rede.

O estudo destaca a importância de iniciativas auto gerenciadas pelas próprias mulheres. Essa atuação, contribuiu para que as mulheres reconhecessem e compreendessem o fenômeno da violência conjugal nas suas vidas, se empoderassem e rompessem com a violência conjugal. Dando visibilidade da necessidade de em grupo realizar conquistas pessoais e coletivas.

A pesquisa aponta para a importância de iniciativas auto gerenciadas por mulheres negras populares para a realização de conquistas pessoais e coletivas, superando os desafios do cotidiano violento e da vulnerabilidade social. Tal constructo oferece subsídios para o direcionamento à outras organizações sociais que atuam ou pretendam atuar para o enfrentamento da problemática da Violência Contra a Mulher.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. Engendrando um novo feminismo: mulheres líderes de base. **Unesco**, Brasília/DF, 1998. Disponível em: <<http://www.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000151.pdf>>. Acesso em: dez de 2019.

ALBUQUERQUE NETTO, Leônidas de et al. Isolamento de mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: uma condição em redes sociais. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, e20170007, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452017000100207&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452017000100207&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 dez de 2019.

ALBERTI, V. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2004.

BALBINOTTI, Izabele. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. **Revista da ESMESC**, v.25, n.31, p. 239-264, 2018. Disponível em: <<https://revista.esmesc.org.br/re/article/view/191>>. Acesso em: 20 dez de 2019.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Soc. estado.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, ago. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922014000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: dez de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARUFALDI, Laura Augusta et al. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 2929-2938, set, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232017002902929&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017002902929&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: dez de 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo – fatos e mitos; tradução de Sérgio Milliet**. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.

BERNASKI, Joice; SOCHODOLAK, Hélio. História da Violência, Cotidiano e Vida Social. In: XV Encontro Regional de História, 15, 2016, Curitiba. **Anais do XV Encontro Regional**

**de História XV Encontro Regional de História.** Ponta Grossa, PR: Anpuh-PR. v. 1. p. 1-13. 2016. Disponível em: <[http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468195454\\_ARQUIVO\\_Violencia40.pdf](http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1468195454_ARQUIVO_Violencia40.pdf)>. Acesso em: dez de 2019.

BRAZÃO, Analba; OLIVEIRA, Guacira. Violência contra as mulheres: uma história contada em décadas de luta. **Cfemea**. Brasília, 2010.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. In: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014, São Paulo. v. 8, jan. 2014. Disponível em:

<[http://www.forumseguranca.org.br/storage/8\\_anuario\\_2014\\_20150309.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/storage/8_anuario_2014_20150309.pdf)> Acesso em: dez de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF, 2015.

\_\_\_\_\_. **Conselho Nacional de Saúde**. Resolução nº 466/2012. Brasília, DF, 12 de dezembro de 2012. Disponível em:

<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei Maria da Penha. Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006**. Dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Subchefia de Assunto Jurídicos, Brasília, DF, 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) . Acesso em: 19 dez. de 2019.

CUNHA, Bárbara Madrugada. Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. In: **Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR**, 16, 2014. Anais da XVI Jornada de Iniciação Científica. Vol. 1, n. 5. Curitiba, 2014. Disponível em: < <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-B%C3%A1rbara-Cunha-classificado-em-7%C2%BA-lugar.pdf>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

DAHLSTEDT, Jaime. Notification and Risk Management for Victims of Domestic Violence. 28 Wis. J.L. **Gender & Society**, v. 1, 2013. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2606512>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

FERREIRA, Verônica; TEIXEIRA, Analba (org.). Por mim, por nós e pelas outras: mulheres resistindo à violência em diferentes contextos. **Articulação de Mulheres Brasileiras**. SOS Corpo Instituto Feminista e Coletivo Leila Diniz, Recife, 2010.

FPA. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. Fundação Perseu Abramo, ago. de 2010. Disponível em: < [https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa\\_.org\\_.br\\_sites\\_default\\_files\\_pesquisaintegra.pdf](https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa_.org_.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf)>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: representações de mulheres que vivenciam o agravo. **Texto e Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 316-324, Jun. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-07072015000200316&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072015000200316&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 nov. 2018.

GOMES, Nadirlene Pereira et al. Vivência e repercussões da violência conjugal: o discurso feminino. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 20, n. 5, p. 585-590, abr. 2013. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/5805>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

GREGORI, Juciane de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – Jul./Dez. 2017 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38949>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

GUIMARAES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, agosto de 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822015000200256&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: dez. 2019.

HASSE, Mariana; VIEIRA, Elisabeth Meloni. Como os profissionais de saúde atendem mulheres em situação de violência? Uma análise triangulada de dados. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 482-493, set, 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042014000300482&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042014000300482&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 Dez. 2019.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 465-477, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: nov de 2019.

KAMENSKY, A.P.S.O. História oral e produção de documentos e de conhecimento em história da ciência. **Circumscribere** (PUCSP), v. 18, p. 68-79, 2016. Disponível em: <[https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474634298\\_ARQUIVO\\_artigoSNHCT2016AndreaPaula](https://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1474634298_ARQUIVO_artigoSNHCT2016AndreaPaula)>

MEDEIROS, Luciene Alcinda de. “Quem ama não mata”: a atuação do movimento feminista fluminense no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher perpetrada pelo parceiro íntimo. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 26, São Paulo. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo**, julho 2011. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995\\_ARQUIVO\\_ArtigoAnpuhNacional.2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300848995_ARQUIVO_ArtigoAnpuhNacional.2011.pdf)>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.

MILLET, Kate. **Política Sexual**, 1970. Tradução de Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Publicações dom quixote. Disponível em: <<https://seminariolecturasfeministas.files.wordpress.com/2012/01/kate-millet-polc3adtica-sexual.pdf>>. Acesso em: set. de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Apresentação, 2014. In: GOMES, Romeu. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 513-531, nov. 1997. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59701997000300006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701997000300006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: dez de 2019.

MORAIS, Ariane Cedraz. **Depressão entre mulheres vítimas de violência doméstica**. 126 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc. Porto Alegre**, v. 18, n. 1, p. 49-55, abril de 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 dez. 2019.

OEA. Organização dos Estados Americanos. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher "Convenção de Belém do Pará"**. In: Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, Belém, 1994. Disponível em: <<http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/convencaobelem1994.pdf>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

OLIVEIRA, Fernanda Seidel. A economia se debruça pouco sobre a questão da depressão e da saúde mental. **UNICAMP**, São Paulo, 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre a Eliminação de Todas as s Formas de Discriminação contra a Mulher**, 1979. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf)>.

ONU. Organização das Nações Unidas. ONU Mulheres. ONU alerta para os custos da violência contra as mulheres no mundo. **ONU Mulheres**. 2017. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-alerta-para-os-custos-da-violencia-contra-asmulheres-no-mundo/>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

ORGANIZATION UNITED NATIONS. **Human Rights Violation**, 2013. Disponível em: <http://endviolence.un.org/situation.shtml>. Acesso em: 10 nov. 2019.

ORGANIZATION UNITED NATIONS WOMEN. **Facts and figures: Ending violence against women**. UNWOMEN, 2019. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/en/what->

we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures#notes>. Acesso em: 19 dez. de 2019. Pateman, C. (1993). **O contrato sexual**. Rio: Paz e Terra.

PINHEIROS, Luana; SOARES, Vera. **Retrato das Desigualdades Gênero e Raça**. Fundação de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2004. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>>. Acesso em: out. de 2019.

REINALDO, A.M.S.; SAEKI, T.; REINALDO, T.B.S. O uso da história oral na pesquisa em enfermagem psiquiátrica: revisão bibliográfica. . *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 5 n. 2 p. 55-60, 2003

RIBEIRO, Cristiane Galvão; COUTINHO, Maria Da Penha De Lima. Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. **Revista Psicologia e Saúde**, [S.l.], jul. 2011. ISSN 2177-093X. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/pssa/index.php/pssa/article/view/81/142>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Jaqueline de Oliveira e SHIMO, Antonieta Keiko Kakuda. Discurso do sujeito coletivo das mulheres que sofreram episiotomia. **Revista Mineira de Enfermagem**, 2007. Disponível em: <[file:///C:/Users/Claudio/Downloads/v11n4a14%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Claudio/Downloads/v11n4a14%20(2).pdf)>. Acesso em: dez de 2019.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. ISSN 1806-9584. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: jan. de 2020.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SEIXA, Raul. **Metamorfose ambulante**. São Paulo: Philips Records, 1988.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final CPMI**, Brasília – 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/relatorio-final-da>>

comissao-parlamentar-mista-de-inquerito-sobre-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SEPM. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ministério da Justiça e Cidadania.

**Balanco 180**, 2016. Disponível em:

<[http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Balanco\\_Ligue180\\_1semestre2016.pdf](http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Balanco_Ligue180_1semestre2016.pdf)>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SHANE, P.D. J. et al. **Surveillance for Violent Deaths — National Violent Death**

**Reporting System, 27 States**, 2015. MMWR Surveill Summ. 2018; v. 67, n. 11, p: 1–32.

Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6181254/> Acesso em: 22 nov. 2019.

SILVA, Carmen. **Feminismo Popular e lutas antissistêmicas**. Recife, 2016.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SPM/BA. Secretaria de Políticas para as Mulheres/Bahia. **Bahia registra 15.751 casos de violência contra as mulheres em 2017**. 2017. Disponível em:

<<http://www.mulheres.ba.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1680>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SPM/PR. Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**.

Brasília, 2011. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>>. Acesso em: 19 dez. de 2019.

SPM/PR. Secretaria de Políticas para as Mulheres / Presidência da República (SPM/PR).

**Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. 2011. Disponível em:

<[www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento](http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento)>. Acesso em: set. de 2019.

STEARNS, Peter. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

TELES, Maria. Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher** (Coleção Primeiros Passos, 314). São Paulo: Brasiliense, 2003.

TORRES, Carlos Alberto. **A política da educação não-formal na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**.

1ª ed. Brasília, 2015. Disponível em: <[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Acesso em: set de 2019.





**APÊNDICE B – Orçamento próprio**

| <b>DESCRIÇÃO</b>                                      | <b>QUANTIDADE</b> | <b>OR UNIT. (R\$)</b> | <b>OR TOT. (R\$)</b> |
|---|-------------------|-----------------------|----------------------|
| <b>MATERIAIS DE USO PERMANENTE</b>                    |                   |                       |                      |
| <b>HD EXTERNO</b>                                     | <b>1</b>          | <b>400,00</b>         | <b>400,00</b>        |
| <b>FUNCIONAL (TANQUE DE TINTA)</b>                    | <b>1</b>          | <b>799,00</b>         | <b>799,00</b>        |
| <b>DATASHOW</b>                                       | <b>1</b>          | <b>2.500,00</b>       | <b>2.500,00</b>      |
| <b>NOTEBOOK</b>                                       | <b>1</b>          | <b>1700,00</b>        | <b>1700,00</b>       |
| <b>LIVROS</b>   | <b>15</b>         | <b>100,00</b>         | <b>1.500,00</b>      |
| <b>MATERIAIS DE CONSUMO</b>                           |                   |                       |                      |
| <b>CANETA HIDROGRÁFICA</b>                            | <b>5</b>          | <b>20,00</b>          | <b>100,00</b>        |
| <b>CLASSIFICADORES PLÁSTICO COM ELÁSTICO (GRANDE)</b> | <b>20</b>         | <b>7,00</b>           | <b>140,00</b>        |
| <b>CLASSIFICADORES PLÁSTICO COM ELÁSTICO (MÉDIO)</b>  | <b>20</b>         | <b>4,00</b>           | <b>80,00</b>         |
| <b>GRAMPEADOR</b>                                     | <b>4</b>          | <b>35,00</b>          | <b>140,00</b>        |
| <b>CRAYONS DE CORES (CAIXA COM 24 CORES)</b>          | <b>5</b>          | <b>30,00</b>          | <b>150,00</b>        |
| <b>MARCADOR DE TEXTO</b>                              | <b>12</b>         | <b>5,00</b>           | <b>60,00</b>         |

|   |              |               |                 |
|---|--------------|---------------|-----------------|
| <b>FÍCIO (RESMA) A4</b>   | <b>50</b>    | <b>15,00</b>  | <b>750,00</b>   |
| <b>PASTA CATÁLOGO</b>   | <b>10</b>    | <b>15,00</b>  | <b>150,00</b>   |
| <b>PASTA MALETA ARQUIVO</b>                                     | <b>2</b>     | <b>25,00</b>  | <b>50,00</b>    |
| <b>PERFURADOR</b>   | <b>2</b>     | <b>25,00</b>  | <b>50,00</b>    |
| <b>REFIL DE TINTA COLORIDO</b>                                  | <b>15</b>    | <b>40,00</b>  | <b>600,00</b>   |
| <b>REFIL DE TINTA PRETO</b>                                     | <b>10</b>    | <b>50,00</b>  | <b>500,00</b>   |
| <b>TESOURA</b>  | <b>5</b>     | <b>10,00</b>  | <b>50,00</b>    |
| <b>DESPESAS CORRENTES (SERVIÇOS, DESLOCAMENTO, ALIMENTAÇÃO)</b> |              |               |                 |
| <b>COMBUSTÍVEL (LITROS)</b>                                     | <b>1.000</b> | <b>4,00</b>   | <b>4.000,00</b> |
| <b>ALIMENTAÇÃO PARA INTEGRANTES DOS GRUPOS REFLEXIVOS</b>       | <b>50</b>    | <b>160,00</b> | <b>3.000,00</b> |
| <b>FOTOCÓPIAS</b>   | <b>5000</b>  | <b>0,10</b>   | <b>500,00</b>   |
| <b>TOTAL 17.219,00</b>  |              |               |                 |

## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa intitulada **“O Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência contra as mulheres”**, que tem como objetivo geral: Desvelar as contribuições do Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento a violência contra as mulheres. Sua contribuição será através de entrevista e é inteiramente voluntária, isto é, você deve decidir se participa ou não do estudo e tem o direito de recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de colaborar com a pesquisa. Além disso, poderá retirar seu consentimento, a qualquer momento. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, o qual será substituído por um nome fictício, assegurando sua privacidade. Os dados coletados terão sua exatidão preservada, podendo os resultados ser divulgados em eventos e/ou revistas científicas. Os dados serão guardados por cinco anos nos arquivos virtuais do Grupo de Estudos “Violência, Saúde e Qualidade de Vida”, podendo ser utilizado para estudos vinculados ao grupo, após esse período, o material será destruído. Você não terá qualquer custo com a participação, ou quaisquer compensações financeiras. Os riscos relacionados à colaboração guardam relação com o desconforto por conta da abordagem do tema, assim como em compartilhar sua vivência/experiência pessoal ou confidencial com a pesquisadora. Em qualquer sinal de ativação dos familiares durante a entrevista, esta será encerrada, e os colaboradores receberão apoio emocional da pesquisadora, da psicóloga, terapeuta ocupacional e médico psiquiatra vinculados ao serviço onde serão realizadas as entrevistas. Você receberá uma cópia deste termo onde constam o nome, telefone, e-mail e endereço para contato com a pesquisadora e com o CEP responsável pela autorização da pesquisa, podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto a qualquer momento que desejar.

Pesquisadora responsável: Jacinta Marta Tavares Leiro Telefones: (71) 98641 0670

E-mail: [marta.leiro@gmail.com](mailto:marta.leiro@gmail.com)

Endereço: Rua Basílio da Gama S/N, 3º andar. Canela. Salvador Bahia. CEP 40110-907 CEP: Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Telefone: (71)3283-7615

Endereço: Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 - Canela - Salvador, Bahia – Brasil

---

Jacinta Marta Tavares Leiro

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_ declaro para fins e direitos que após ter sido esclarecida sobre o conteúdo da pesquisa intitulada “**O Coletivo de Mulheres do Calafate no enfrentamento à violência contra as mulheres**” e o seu respectivo objetivo, riscos e benefícios, concordo em participar do estudo respondendo as perguntas da entrevista. Minhas falas poderão ser gravadas com auxílio de um gravador digital. Reafirmo que a minha autorização é voluntária. Meu consentimento para participar da pesquisa foi uma decisão livre, não sofrendo interferência das pesquisadoras e que não estou sendo remunerada por este ato, podendo retirar meu consentimento do presente estudo a qualquer momento. Estou ciente que terei acesso aos dados registrados, que estes poderão ser apresentados para publicação em congressos e/ou revistas científicas, desde que assegurado o sigilo de minha identidade, e que as pesquisadoras estarão à disposição para elucidar quaisquer dúvidas que possam me ocorrer antes, durante e após a pesquisa.

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura da colaboradora

**Pesquisadora:** Jacinta Marta Tavares Leiro E-mail: marta.leiro@gmail.com

Telefone: (71) 98641 0670

**APÊNDICE D** – Formulário de coleta de dados

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

**Entrevistadora:** Jacinta Marta Tavares Leiro

**Data de Aplicação** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO:**

Iniciais do nome: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

**CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-DEMOGRÁFICA:**

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Cor/Raça (autodeclarada):**

- Preta  Parda  
 Branca  
 Amarela  Indígena

**Religião:**

- Católica  
 Evangélica  Espírita  
 Acredita em Deus, mas não tem religião  Não acredita na existência de Deus  
 Outros

**Escolaridade:**

- Nunca estudou  Alfabetizada  
 1ª a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental (antigo primário ou 1º grau)  2ª a 4ª série incompleta do Ensino Fundamental (antigo primário ou 1º grau)  
 3ª - 5ª a 8ª série incompleta do Ensino Fundamental (antigo ginásio ou 1º grau)  Ensino fundamental completo (antigo ginásio ou 1º grau)  
 Ensino médio incompleto (antigo colegial ou 2º grau)  Ensino médio completo (antigo colegial ou 2º grau)  
 Educação superior incompleta

Educação superior completa

**Situação conjugal:**

- Solteira  Casada  
 União Consensual  
 Desquitada ou Separada  Divorciada  
 Não informada

**Ocupação/Profissão:**

Trabalha fora de casa?  sim  não

Onde? \_\_\_\_\_.

O que faz? \_\_\_\_\_.

Trabalha em sua casa com remuneração?  sim  não

O que faz? \_\_\_\_\_.

**Condição Econômica:**

Vive às próprias custas, sem depender de ninguém?  Sim

Não Se não:

Parcialmente Dependente  Totalmente Dependente

**Quem ajuda você financeiramente?**

Marido/Companheiro  Pai /mãe

Parentes  Amigos  Outros

Como é essa ajuda? \_\_\_\_\_

Moradia:

Quantas pessoas vivem na sua casa?

\_\_\_\_\_

Quem são essas pessoas?

\_\_\_\_\_

**QUESTÕES ABERTAS**

- Qual o significado do CMC? (QUESTÃO NORTEADORA)

Qual o papel do CMC?

Quando você aceitou participar do CMC, quais eram suas expectativas? Foram alcançadas?

Fale sobre sua participação no CMC.

Como o CMC vem se organizando para se manter até hoje? Quais as facilidades/dificuldades?

Como o CMC se organiza para realização das atividades? Quais as facilidades/dificuldades?

Quais as contribuições do CMC para sua vida? Para as mulheres? Para comunidade?

Como o CMC vem atuando para o enfrentamento da violência contra a mulher?

O que você entende por violência? E por violência contra a mulher?

Como você realiza o enfrentamento da violência no seu cotidiano?

Antes de entrar na coordenação, você pensava/agia assim? Qual o papel do CMC nessa mudança?

Você considera o CMC uma organização feminista? Por que?

Você se considera feminista? Por que?

Antes de entrar na coordenação, você se percebia assim? Qual o papel do CMC nessa mudança?

**APÊNDICE E** – Tabela perfil sócio-demográfico das colaboradoras

| <b>Entrevistada</b> | <b>Idade</b> | <b>Cor</b> | <b>Religião</b>  | <b>Escolaridade</b>           | <b>Ocupação</b>             | <b>Situação conjugal</b> |
|---------------------|--------------|------------|------------------|-------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| Bell Hoocks         | 34           | Preta      | Acredita em Deus | Ensino Médio completo         | Trabalhadora Doméstica      | União Estável            |
| Djamila Ribeiro     | 32           | Preta      | Acredita em Deus | Ensino Médio completo         | Desempregada                | Solteira                 |
| Frida Kallo         | 48           | Branca     | Espírita         | Superior completo             | Desempregada                | Solteira                 |
| Jacinta Marta       | 35           | Preta      | Candomblecista   | Superior incompleto           | Desempregada                | Solteira                 |
| Ligia Margarida     | 44           | Preta      | Espiritualista   | Superior completo             | Consultora em contabilidade | Casada                   |
| Louisa Huber        | 45           | Preta      | Candomblecista   | Ensino Médio incompleto       | Cuidadora de idosos         | União Estável            |
| Maria Quitéria      | 28           | Parda      | Agnóstica        | Educação superior completa    | Desempregada                | União Estável            |
| Maria Diniz         | 40           | Preta      | Evangélica       | Ensino Fundamental incompleto | Desempregada                | Casada                   |

|                    |    |       |            |                       |              |               |
|--------------------|----|-------|------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Simone de Beauvoir | 29 | Parda | Católica   | Ensino médio completo | Desempregada | União Estável |
| Winnie Mandela     | 34 | Preta | Católica   | Superior incompleto   | Desempregada | Casada        |
| Marielle Franco    | 29 | Preta | Católica   | Ensino Médio completo | Desempregada | União Estável |
| Conceição Evaristo | 48 | Preta | Evangélica | Ensino Médio completo | Desempregada | Casada        |